

CONDIÇÕES FINAIS
(NO TOCANTE AO PROSPECTO DATADO DE 29 DE MARÇO DE 2010)

O NÚCLEO DE SUBORDINAÇÃO DESCRITO NO ANEXO A ESTE DOCUMENTO (“NÚCLEO DE SUBORDINAÇÃO”) É PARTE INTEGRANTE DAS CONDIÇÕES FINAIS. O NÚCLEO DE SUBORDINAÇÃO DEVERÁ PREVALECER SOBRE QUAISQUER TERMOS DESCRITOS NAS CONDIÇÕES FINAIS OU EM QUAISQUER DOCUMENTOS RELATIVOS À OPERAÇÃO (INCLUSIVE AQUELES AQUI MENCIONADOS). PARA EVITAR DÚVIDAS, O PARÁGRAFO 5 DO NÚCLEO DE SUBORDINAÇÃO INCLUI UM SUMÁRIO DOS TERMOS E CONDIÇÕES DESTA SÉRIE DE TÍTULOS SUBORDINADOS.

Condições Finais datadas de 24 de janeiro de 2011

Itaú Unibanco Holding S.A.
atuando por meio de sua Agência nas Ilhas Cayman

Programa de US\$ 10.000.000.000 de Títulos Globais de Médio Prazo
Série nº: 2
Tranche nº: 2

US\$ 250.000.000 de Títulos Subordinados de 5,75% com vencimento em 2021

(Reabertura de US\$1.000.000.000 de Títulos Subordinados de 5,75% com vencimento em 2021)

Preço de emissão: 97.353%, acrescido de juros acumulados, totalizando US\$359.375 a partir de 22 de janeiro de 2011 inclusive, exceto 31 de janeiro de 2011

BANCO ITAÚ EUROPA, S.A. – LONDON BRANCH
DEUTSCHE BANK SECURITIES INC.
MORGAN STANLEY & CO. INCORPORATED

Este documento constitui as Condições Finais relativas à emissão de US\$250.000.000 de Títulos Subordinados de 5,75% com vencimento em 2021 (“**Títulos Subordinados da Tranche 2**”), ora descritas, sendo que o Núcleo de Subordinação incluído no Anexo A é parte integrante e inseparável destas Condições Finais. As condições de subordinação contidas no Núcleo de Subordinação prevalecerão sobre estas Condições Finais, bem como sobre quaisquer documentos do programa (inclusive aqueles mencionados neste documento), sendo certo que a Cláusula 5 do Núcleo de Subordinação inclui um sumário dos termos e condições relativos aos Títulos Subordinados (conforme definição a seguir).

Na Data de Emissão (conforme especificado no parágrafo 7 (i) abaixo), os Títulos Subordinados da Tranche 2 negociados de acordo com a Norma 144A serão fungíveis, consolidados e formarão uma única Série (conforme especificado no parágrafo 2 (i) a seguir) e votarão como uma única classe juntamente com US\$1.000.000.000 de Títulos Subordinados de 5,75% com vencimento em 2021 de propriedade do Emissor (“**Títulos Subordinados da Tranche 1**” e, conjuntamente com os Títulos Subordinados da Tranche 2, aqui denominados “**Títulos Subordinados**”). A qualquer momento após o término do período de conformidade da distribuição de acordo com o Regulamento S, o qual ocorrerá não antes de 12 de março de 2011, os detentores de Títulos Subordinados da Tranche 2 negociados segundo o Regulamento S (“**Títulos Subordinados da Tranche 2 segundo o Regulamento S**”) instruirão a corretora, banco comercial, entidade fiduciária ou outro representante através do qual eles detêm os Títulos Subordinados da Tranche 2 segundo o Regulamento S a trocar esses títulos por meio da DTC por Títulos Subordinados da Tranche 2 com o mesmo número de CUSIP, ISIN e Código Comum permanente dos Títulos Subordinados da Tranche 1 negociados segundo o Regulamento S. Os Títulos Subordinados da Tranche 2 recebidos em função dessa troca serão consolidados e fungíveis com os Títulos Subordinados da Tranche 1.

As definições dos termos ora utilizados serão consideradas para fins dos Termos e Condições dos Títulos Subordinados (“**Condições**”) estabelecidos no Prospecto datado de 29 de março de 2010 (“**Prospecto**”). Estas Condições Finais contêm as condições finais dos Títulos Subordinados da Tranche 2, e deverão ser lidas em conjunto com o Prospecto.

OS TÍTULOS SUBORDINADOS NÃO FORAM E NÃO SERÃO REGISTRADOS DE ACORDO COM O SECURITIES ACT DE 1933, CONFORME ALTERADO (“SECURITIES ACT”), OU DE ACORDO COM AS LEIS DE VALORES MOBILIÁRIOS DE QUALQUER ESTADO OU JURISDIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS. EXCETO EM ALGUNS CASOS, OS TÍTULOS SUBORDINADOS NÃO PODERÃO SER OFERTADOS, VENDIDOS OU ENTREGUES DENTRO DOS ESTADOS UNIDOS OU PARA PESSOAS NORTE-AMERICANAS (CONFORME DEFINIDO NO REGULAMENTO S DO SECURITIES ACT), OU EM SEU BENEFÍCIO. ESTAS CONDIÇÕES FINAIS FORAM ELABORADAS PELO EMISSOR PARA SEREM UTILIZADAS EM CONJUNTO COM A OFERTA E A VENDA DOS TÍTULOS SUBORDINADOS DA TRANCHE 2 FORA DOS ESTADOS UNIDOS PARA PESSOAS QUE NÃO DOS ESTADOS UNIDOS COM BASE NO REGULAMENTO S, E DENTRO DOS ESTADOS UNIDOS PARA “INVESTIDORES INSTITUCIONAIS QUALIFICADOS” CONFORME A NORMA 144A DO SECURITIES ACT (“NORMA 144A”), BEM COMO PARA A LISTAGEM DOS TÍTULOS SUBORDINADOS DA TRANCHE 2 NO MERCADO EURO MTF DA BOLSA DE VALORES DE LUXEMBURGO. OS TÍTULOS SUBORDINADOS ESTÃO SUJEITOS A RESTRIÇÕES DE TRANSFERÊNCIA E REVENDA, E NÃO DEVEM SER TRANSFERIDOS OU REVENDIDOS EXCETO CONFORME ESTABELECIDO NO SECURITIES ACT E DE MEDIANTE REGISTRO OU SUA ISENÇÃO. POR MEIO DESTE DOCUMENTO, OS POTENCIAIS INVESTIDORES FICAM INFORMADOS DE QUE OS VENDEDORES DOS TÍTULOS SUBORDINADOS PODERÃO GOZAR DAS ISENÇÕES ESTABELECIDAS NO ARTIGO 5 DO SECURITIES ACT CONORME A NORMA 144A. O POTENCIAL INVESTIDOR DEVERÁ ESTAR CIENTE DE QUE PODERÁ SER OBRIGADO A ARCAR COM OS RISCOS FINANCEIROS DESTE

INVESTIMENTO POR UM PERÍODO INDETERMINADO. A DESCRIÇÃO DESTAS E DE OUTRAS RESTRIÇÕES RELATIVAS A OFERTAS OU À VENDA DOS TÍTULOS SUBORDINADOS, BEM COMO À DISTRIBUIÇÃO DESTAS CONDIÇÕES FINAIS E DO PROSPECTO, ESTÁ DISPONÍVEL NOS ÍTENS “SUBSCRIÇÃO E VENDA” E “RESTRIÇÕES À TRANSFERÊNCIA” INCLUÍDOS NO PROSPECTO.

AO ADQUIRIR OU DETER OS TÍTULOS SUBORDINADOS (OU QUALQUER PARTICIPAÇÃO NESSES TÍTULOS), O INVESTIDOR OU DETENTOR SERÁ HAVIDO POR DECLARAR E CONCORDAR QUE (A) NÃO É E, DURANTE O PERÍODO RM QUE DETIVER TÍTULOS SUBORDINADOS (OU QUALQUER PARTICIPAÇÃO NESSES TÍTULOS), NÃO SERÁ (I) UM “PLANO DE BENEFÍCIO A FUNCIONÁRIOS”, CONFORME DEFINIDO NO ARTIGO 3(3) DA LEI DE GARANTIA DE RENDA AO TRABALHADOR APOSENTADO DE 1974 (“ERISA”), CONFORME ALTERADA, SUJEITO AO TÍTULO I DA ERISA; (II) UM “PLANO” CONFORME DEFINIDO E SUJEITO À CLÁUSULA 4975 DO CÓDIGO DO INTERNAL REVENUE SERVICE DOS ESTADOS UNIDOS DE 1986 (“CÓDIGO”), CONFORME ALTERADO; (III) UMA ENTIDADE CUJOS ATIVOS SUBJACENTES INCLUAM OS ATIVOS DE QUALQUER TAL “PLANO DE BENEFÍCIO A FUNCIONÁRIOS” SUJEITO À ERISA OU OUTRO PLANO SUJEITO À CLÁUSULA 4975 DO CÓDIGO; OU (IV) UM PLANO DE BENEFÍCIO GOVERNAMENTAL OU OUTRO PLANO SUJEITO A QUALQUER LEI FEDERAL, ESTADUAL OU LOCAL DOS ESTADOS UNIDOS OU QUE NÃO DOS ESTADOS UNIDOS SUBSTANCIALMENTE SEMELHANTE ÀS DISPOSIÇÕES DO ARTIGO 406 DA ERISA OU À CLÁUSULA 4975 DO CÓDIGO; OU (B) A COMPRA OU DETENÇÃO DOS TÍTULOS SUBORDINADOS NÃO RESULTARÁ EM UMA TRANSAÇÃO PROIBIDA SEGUNDO O ARTIGO 406 DA ERISA OU A CLÁUSULA 4975 DO CÓDIGO (OU, NO CASO DE UM PLANO DE BENEFÍCIO GOVERNAMENTAL OU OUTRO PLANO, QUALQUER LEI FEDERAL, ESTATUAL OU LOCAL DOS ESTADOS UNIDOS OU NÃO DOS ESTADOS UNIDOS SUBSTANCIALMENTE SEMELHANTE) PARA A QUAL NÃO EXISTAM EXCEÇÕES.

OS TÍTULOS SUBORDINADOS NÃO FORAM APROVADOS OU REJEITADOS PELA U.S. SECURITIES AND EXCHANGE COMMISSION, OU QUALQUER COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS ESTADUAL DOS ESTADOS UNIDOS, OU QUALQUER OUTRA AUTORIDADE REGULATÓRIA DOS ESTADOS UNIDOS, E NENHUMA DESSAS AUTORIDADES APROVOU A PRECISÃO OU ADEQUAÇÃO DESTAS CONDIÇÕES FINAIS OU DO PROSPECTO. QUALQUER DECLARAÇÃO EM CONTRÁRIO SERÁ CONSIDERADA CRIME NOS ESTADOS UNIDOS.

AVISO PARA RESIDENTES EM NEW HAMPSHIRE: O FATO DE UMA DECLARAÇÃO DE REGISTRO OU UM PEDIDO DE LICENÇA TER SIDO PROTOCOLADO NOS TERMOS DO CAPÍTULO 421-B DAS LEIS REVISADAS E COMENTADAS DE NEW HAMPSHIRE DE 1995, E ALTERAÇÕES POSTERIORES, PERANTE O ESTADO DE NEW HAMPSHIRE, OU O FATO DE UM VALOR MOBILIÁRIO ESTAR EFETIVAMENTE REGISTRADO OU DE UMA PESSOA ESTAR LICENCIADA NO ESTADO DE NEW HAMPSHIRE NÃO IMPLICA QUE QUALQUER DOCUMENTO PROTOCOLADO NOS TERMOS DAS RSA 421-B É

VERDADEIRO, COMPLETO E NÃO ENGANOSO SEGUNDO O SECRETÁRIO DE ESTADO. QUALQUER REFERIDO FATO OU O FATO DE UMA ISENÇÃO OU EXCEÇÃO ESTAR DISPONÍVEL PARA UM VALOR MOBILIÁRIO OU PARA UMA OPERAÇÃO NÃO SIGNIFICA QUE O SECRETÁRIO DE ESTADO AUTORIZOU, DE QUALQUER FORMA, OS MÉRITOS OU AS QUALIFICAÇÕES, OU RECOMENDOU OU APROVOU QUALQUER PESSOA, VALOR MOBILIÁRIO OU OPERAÇÃO. É ILEGAL FORNECER, OU FAZER COM QUE SEJA FORNECIDO, A QUALQUER COMPRADOR, CONSUMIDOR OU CLIENTE EM POTENCIAL QUALQUER DECLARAÇÃO INCONSISTENTE COM AS DISPOSIÇÕES DESTE PARÁGRAFO.

1. Emissor: Itaú Unibanco Holding S.A. (atuando por meio de sua Agência nas Ilhas Cayman)
 2. (i) Número de Série: 2
 - (ii) Número da Tranche: 2. Na Data de Emissão (conforme especificado no parágrafo 7 (i) abaixo), os Títulos Subordinados da Tranche 2 negociados de acordo com a Norma 144A serão fungíveis, consolidados e formarão uma única Série (conforme especificado no parágrafo 2 (i) acima) e votarão como uma única classe juntamente com os Títulos Subordinados da Tranche 1.
- Na Data de Emissão (conforme especificado no parágrafo 7 (i) abaixo), os Títulos Subordinados da Tranche 2 segundo o Regulamento S formarão uma única Série (conforme especificado no parágrafo 2 (i) acima) e votarão como uma única classe juntamente com os Títulos Subordinados da Tranche 1. Os Títulos Subordinados da Tranche 2 segundo o Regulamento S serão emitidos com um número CUSIP, ISIN e Código Comum temporários. A qualquer momento após o término do período de conformidade da distribuição de acordo com o Regulamento S, o qual ocorrerá não antes de 12 de março de 2011, os detentores de Títulos Subordinados da Tranche 2 segundo o Regulamento S instruirão a corretora, banco comercial, entidade fiduciária ou outro representante através do qual eles detêm os Títulos Subordinados da Tranche 2 segundo o Regulamento S a trocar esses títulos por meio da DTC por Títulos Subordinados da Tranche 2 com o mesmo número de CUSIP, ISIN e Código Comum permanentes dos Títulos Subordinados da Tranche 1 negociados segundo o Regulamento

S.

- | | | |
|-----|---|--|
| 3. | Moeda ou Moedas Especificadas
(Condição 1(d)): | Dólares norte-americanos (US\$) |
| 4. | Valor Nominal Total: | |
| | (i) Série: | US\$1.250.000.000 |
| | (ii) Tranche: | Títulos Subordinados da Tranche 2:
US\$250.000.000 |
| 5. | (i) Preço de emissão: | 97.353% do Valor Nominal Total acrescido de
juros acumulados, totalizando US\$359.375 a
partir de 22 de janeiro de 2011 inclusive, exceto
31 de janeiro de 2011. |
| | (ii) Recursos Brutos: | US\$243.382.500 |
| 6. | Denominações Especificadas
(Condição 1 (b)): | US\$100.000 e múltiplos inteiros de US\$1.000 em
diante |
| 7. | (i) Data de Emissão: | 31 de janeiro de 2011 |
| | (ii) Data de Início dos Juros: | 22 de janeiro de 2011 |
| 8. | Data de Vencimento: | 22 de janeiro de 2021 |
| 9. | Base de Juros (Condição 5): | Taxa fixa |
| 10. | Base de Resgate/Pagamento
(Condição 6(a)): | Resgate no valor nominal |
| 11. | Mudança na Base de
Resgate/Pagamento de Juros: | Não aplicável |
| 13. | Situação dos Títulos (Condição 4): | Subordinada |
| 14. | Listagem: | Será feito um requerimento para listagem dos
Títulos Subordinados da Tranche 2 no mercado
Euro MTF da Bolsa de Valores de Luxemburgo.
O primeiro dia de negociação no mercado Euro
MTF da Bolsa de Valores de Luxemburgo dos
Títulos Subordinados da Tranche 2 deverá ser 31
de janeiro de 2011. Os Títulos Subordinados da
Tranche 1 foram listados e começaram a ser
negociados no mercado Euro MTF da Bolsa de
Valores de Luxemburgo no dia 23 de setembro
de 2010. |

15. Método de distribuição: Sindicalizado

DISPOSIÇÕES RELATIVAS A JUROS (SE HOVER) DEVIDOS

16. Disposições Relativas a Títulos de Taxa Fixa (Condição 5(I)):
- | | | |
|--------|---|--|
| (i) | Taxa(s) de Juros: | 5.75% por ano paga semestralmente vencida |
| (ii) | Data(s) de Pagamento de Juros: | 22 de janeiro e 22 de julho, a partir de 22 de julho de 2011 |
| (iii) | Taxa de Mora: | 1.0% |
| (iv) | Valor(es) de Cupom Fixo: | US\$28,75 por Título Subordinado de Denominação Especificada de US\$1.000. |
| (v) | Valor(es) Fracionários: | Não aplicável |
| (vi) | Fração de Cálculo de Dias: | 30/360 |
| (vii) | Data(s) de Determinação: | Não aplicável |
| (viii) | Convenção de Dia Útil: | Convenção de Dia Útil Subsequente |
| (ix) | Centro(s) de Negócio: | Nova York e São Paulo |
| (x) | Outros termos relativos ao método de cálculo de Títulos de Taxa Fixa: | Não aplicável |
17. Disposições Relativas a Títulos de Taxa Flutuante (Condição 5(II)):
18. Disposições Relativas a Títulos com Juros Indexados:
19. Disposições Relativas a Títulos em Duas Moedas:

DISPOSIÇÕES RELATIVAS A RESGATES

20. Opção de Compra (Condição 17(d)(vi)):
- Não aplicável

21. Valor de Resgate Final de cada Título: US\$1.000 por Título Subordinado de Denominação Especificada de US\$1.000.
22. Valor de Resgate Antecipado:
- (i) Valor(es) de Resgate Antecipado de cada Título devido no resgate para fins de tributação (Condição 17(d)(iv)), ocorrência de um Evento Regulatório (Condição 17(d)(v)) ou um Caso de Inadimplemento (Condição 9) ou método do respectivo cálculo (se exigido ou diferente daquele estabelecido nas Condições): 100% da Denominação Especificada de US\$1.000
 - (ii) Nível de Retenção Original (Condição 17(d)(iv)): 0%

DISPOSIÇÕES GERAIS APLICÁVEIS AOS TÍTULOS SUBORDINADOS

23. Forma dos Títulos Subordinados: Títulos Nominativos
- (i) DTC Global Notes, European Global Notes ou Títulos Definitivos individuais: DTC Restricted Global Notes ou DTC Unrestricted Global Notes disponíveis na Data de Emissão
24. Detalhes relativos a Títulos Subordinados Parcialmente Pagos: valor de cada pagamento incluindo o Preço de Emissão e a data na qual cada pagamento deverá ser efetuado e as consequências (se houver) da falta de pagamento, inclusive qualquer direito do Emissor de cancelar os Títulos Subordinados e juros devidos sobre o pagamento em atraso: Não aplicável
25. Disposições relativas a redenominação, renominalização e reconvenção (Condição 21): Não aplicável
26. Número máximo de dias (após a data na qual o Emissor não mais violará as

Exigências de Capital Ajustadas pelo Risco) para diferimento dos juros e do principal (Condição 17(c)(ii)):

- | | | |
|-----|---|----|
| 27. | Número Mínimo de Dias Úteis Pertinentes da notificação a ser emitida em relação ao diferimento (Condição 17(c)(iv)): | 2 |
| 28. | Número Máximo de Dias Úteis Pertinentes da notificação a ser emitida em relação ao diferimento (Condição 17(c)(iv)): | 14 |
| 29. | Outros termos ou condições especiais: O Núcleo de Subordinação, ora anexado como Anexo A, que estabelece as condições de subordinação e outras condições, conforme a Resolução No. 3.444. | |

DISTRIBUIÇÃO

- | | | |
|-----|---|---|
| 30. | (i) Se sindicalizada, nome dos Coordenadores: | Banco Itaú Europa, S.A. – Subsidiária em Londres, Deutsche Bank Securities Inc. e Morgan Stanley & Co. Incorporated |
| | (ii) Coordenador de Estabilização (se houver): | Não aplicável |
| 31. | Se não sindicalizada, nome do(s) Distribuidor(es) | Não aplicável |
| 32. | Restrições de venda adicionais: | Não aplicável |

INFORMAÇÕES OPERACIONAIS

- | | | |
|-----|---------------------|---|
| 33. | (i) ISIN: | 144A: US46556LAB09
Regulamento S: US46556MAB81
Regulamento S temporário: US46556MAD48 |
| | (ii) CUSIP: | 144A: 46556LAB0
Regulamento S: 46556MAB8
Regulamento S temporário: 46556MAD4 |
| | (iii) Código Comum: | 144A: 054399456
Regulamento S: 054399502
Regulamento S temporário: 058617644 |
| | (iv) Outros: | Não aplicável |

Os Títulos Subordinados da Tranche 1 e os Títulos Subordinados da Tranche 2 compartilharão os mesmos números ISIN e CUSIP, e serão fungíveis, exceto quando os Títulos Subordinados da Tranche 2 oferecidos e vendidos em transações offshore segundo o Regulamento S forem emitidos e mantidos sob números ISIN e CUSIP temporários durante o prazo de conformidade de distribuição de 40 dias a partir da Data de Emissão (conforme especificado no parágrafo 7(i) acima). Veja o parágrafo 2(ii) acima.

- | | | |
|-----|---|---|
| 34. | Qualquer(qualsquer) sistema(s) de compensação que não o Euroclear, Clearstream, Luxembourg e DTC e o(s) número(s) de identificação correspondente(s): | Não aplicável |
| 35. | Entrega: | Esperamos que a entrega dos Títulos Subordinados da Tranche 2 seja realizada mediante o pagamento dos Títulos Subordinados da Tranche 2 em 31 de janeiro de 2011, que será o quinto dia útil após a data da precificação dos Títulos Subordinados da Tranche 2 (esse ciclo de liquidação é chamado de T+5). Os compradores dos Títulos Subordinados da Tranche 2 deverão estar cientes de que a negociação dos Títulos Subordinados da Tranche 2 na data da precificação ou no dia útil subsequente poderá ser afetada pela liquidação T+5. |
| 36. | Agente de Registro: | Bank of New York Mellon, atuando por meio de sua Agência em Nova York. |
| 37. | Agente de Cálculo: | Bank of New York Mellon, atuando por meio de sua Agência em Londres. |
| 38. | Trustee: | Bank of New York Mellon, representado por sua subsidiária em Nova York |
| 39. | Agente(s) Adicional(is)(se houver): | Bank of New York Mellon, atuando por meio de sua Agência em Londres como Agente de Pagamento em Londres, e o Bank of New York Mellon (Luxembourg) S.A., atuando como Agente de Pagamento. |
| 40. | Imposto nos Estados Unidos: | Veja o item “Determinadas Considerações Fiscais nos Estados Unidos” a seguir. |

REQUERIMENTO DE LISTAGEM

Estas Condições Finais incluem as condições finais para listagem da emissão dos Títulos Subordinados da Tranche 2 aqui descritos segundo o Programa de US\$ 10.000.000.000 de Títulos Globais de Médio Prazo da Itaú Unibanco Holding S.A., atuando por meio de sua Agência nas Ilhas Cayman.

DIVULGAÇÃO COMPLEMENTAR DE INFORMAÇÕES DO EMISSOR

O primeiro parágrafo da página 81 do Prospecto está sendo neste ato substituído pelo seguinte parágrafo:

O imposto sobre lucro (prejuízo) e a contribuição social referentes ao exercício resultaram em um benefício de R\$9.420 milhões em 2008, comparado a despesas de impostos de R\$4.756 milhões no exercício anterior. Os principais fatores que contribuíram para o aumento no período foram: (i) em 2008, registramos exclusões em nossa base fiscal no valor de R\$6.131 milhões resultantes da “Associação”; (ii) o efeito de ganhos e perdas cambiais sobre investimentos no exterior, no total de R\$1.281 milhão em 2008, ou aumento de R\$1.821 milhão comparado a 2007; e (iii) benefício fiscal mais elevado sobre dividendos pagos a título de juros sobre o capital próprio (um tipo de dividendo dedutível de impostos), no valor de R\$700 milhões em 2008, um aumento de R\$618 milhões comparado a 2007.

Regulamentos Recentes sobre Cartões de Crédito

Em 25 de novembro de 2010, o Conselho Monetário Nacional (“CMN”) publicou a Resolução nº 3.919, que estabeleceu novas regras aplicáveis às taxas de cartão de crédito cobradas por serviços prestados por instituições financeiras, incluindo regras específicas sobre as informações a serem divulgadas em faturas de cartão de crédito, os tipos de taxas que podem ser cobradas e a exigência de que as instituições financeiras ofereçam aos clientes a opção de um cartão de crédito com determinados serviços básicos. Essas novas regras entrarão em vigor em 1º de março de 2011. Nessa mesma data, o Banco Central do Brasil publicou a Circular nº 3.512, que estabeleceu um valor mínimo que os titulares de cartão de crédito devem pagar mensalmente sobre os saldos em aberto: 15% a partir de junho de 2011, passando para 20% a partir de dezembro de 2011.

Remuneração de Conselheiros e Diretores de Instituições Financeiras

Em 25 de novembro de 2010, o CMN publicou a Resolução nº 3.921, que estabeleceu novas regras relacionadas à remuneração de conselheiros e diretores de instituições financeiras, que exigem que as instituições financeiras ajustem suas políticas de remuneração de conselheiros e diretores existentes. A remuneração de conselheiros e diretores pode ser fixa ou variável. A remuneração variável pode ser baseada em critérios específicos estipulados pela Resolução nº 3.921, com a exigência de que seja compatível com as próprias políticas de gestão de risco da instituição financeira. Pelo menos 50% da remuneração variável deve ser paga em ações ou instrumentos baseados em ações e pelo menos 40% dela devem ser diferidos para pagamento

futuro pelo prazo mínimo de três anos. Essas novas regras entrarão em vigor em 1º de janeiro de 2012.

O Emissor está analisando suas políticas de remuneração existentes a fim de adequá-las à Resolução nº 3.921 até a data de entrada em vigor das novas regras.

Emissão de Títulos Sênior

Em 23 de novembro de 2010, o Emissor emitiu títulos sênior de 10,50% com vencimento em 2015 no valor de principal total de R\$500 milhões.

Novas Regras de Adequação de Capital e Exigência de Reserva

Em 3 de dezembro de 2010, o CMN e o Banco Central do Brasil publicaram a Resolução nº 3.931 e as Circulares nº 3513, 3514 e 3515. Juntas, essas medidas alteraram determinadas regras de adequação de capital e exigência de reserva publicadas em resposta à crise financeira global de 2008 e 2009. Entre as mudanças mais significativas introduzidas pelas novas regras estão:

Aumento da exigência de capital para empréstimos ao consumidor firmados a partir de 6 de dezembro de 2010, com vencimento igual ou superior a 24 meses. O fator de ponderação de risco para essas operações aumentou de 100% para 150%, resultando em alocação de capital de 16,5% (em vez dos 11% anteriores). Os seguintes empréstimos ao consumidor estão excluídos dessa exigência:

- Empréstimos rurais, hipotecas residenciais ou financiamento para alugueis residenciais;
- Operações de financiamento ou leasing de veículos de carga;
- Empréstimos consignados com vencimento inferior a 36 meses;
- Financiamento ou leasing de veículo se (a) o vencimento for de 24 a 36 meses e o valor financiado for de até 80% do preço de compra (no caso de financiamento) ou valor presente (no caso de leasing) do veículo adquirido e dado em garantia ou arrendado, (b) o vencimento for de 36 a 48 meses e o valor financiado for de até 70% do preço de compra ou valor presente do veículo adquirido e dado em garantia ou arrendado, ou (c) o vencimento for de 48 a 60 meses e o valor financiado for de até 60% do preço de compra ou valor presente do veículo adquirido e dado em garantia ou arrendado.

Aumento de exigências de reserva para depósitos, incluindo as seguintes alterações:

- a taxa adicional para exigências de reserva de depósito à vista e a prazo aumentou de 8% para 12% (para depósitos em poupança a taxa foi mantida em 10%);
- o limite de dedutibilidade da taxa adicional para exigências de reserva de depósito à vista, a prazo e em poupança de instituições financeiras com capital Tier 1 consolidado (i) inferior a R\$2 bilhões aumentou de R\$2 bilhões para R\$2,5

bilhões e (ii) igual ou superior a R\$2 bilhões e inferior a R\$5 bilhões aumentou de R\$1,5 bilhão para R\$2 bilhões;

- a exigência de reserva de depósitos a prazo aumentou de 15% para 20%;
- o limite de dedutibilidade das exigências de reserva de depósito a prazo para instituições financeiras com capital Tier 1 consolidado (i) inferior a R\$2 bilhões aumentou de R\$2 bilhões para R\$3 bilhões, (ii) igual ou superior a R\$2 bilhões e inferior a R\$5 bilhões aumentou de R\$1,5 bilhão para R\$2,5 bilhões, e (iii) superior a R\$5 bilhões foi mantido em zero;
- o limite de dedutibilidade das exigências de reserva de depósito a prazo de determinadas operações concluídas antes de 11 de junho de 2011 com instituições financeiras de menor porte com capital Tier 1 consolidado inferior a R\$2,5 bilhões (incluindo: (x) depósitos interbancários com instituições financeiras de menor porte; (y) investimentos em títulos de dívida emitidos por essas instituições financeiras de menor porte, e (iii) qualquer carteira de crédito adquirida dessas instituições financeiras de menor porte) diminuiu de 45% para 36% das exigências de reserva de depósito a prazo totais de uma instituição financeira; e
- letras financeiras emitidas por instituições financeiras ficaram isentas de exigências de reserva.

Mudança no papel do Fundo Garantidor de Crédito (“FGC”) conforme segue:

- o volume de depósitos que as instituições financeiras podem aceitar com a garantia concedida pelo FGC será reduzido em 20% todos os anos de janeiro de 2012 a janeiro de 2016, eliminando essa garantia até 2016; e
- o valor máximo garantido pelo FGC para depósitos e instrumentos de crédito detidos por uma pessoa física junto a uma mesma instituição financeira aumentou de R\$60.000 para R\$70.000.

Em 6 de janeiro de 2011, o Banco Central do Brasil publicou a Circular nº 3520, estabelecendo uma exigência de reserva em espécie para instituições financeiras com operações de câmbio, com vigência a partir de 4 de abril de 2011, correspondente a 60% do valor de posições vendidas diárias em moeda estrangeira que excedam o menor valor entre (i) US\$3 bilhões ou (ii) o capital regulatório da instituição financeira.

Quadro Basileia III

Em 16 de dezembro de 2010, o Comitê da Basileia para Supervisão Bancária (o “**Comitê da Basileia**”) emitiu seu novo quadro Basileia III. O quadro Basileia III inclui maiores exigências mínimas de capital, novas reservas para a conservação de capital e contracíclicas e alterações nas medidas de capital ajustadas pelo risco. Introduz também um novo índice de alavancagem e duas normas de liquidez. As novas regras serão introduzidas gradualmente, e, tal como outras diretrizes de Basileia, não entrarão em vigor automaticamente. Em vez disso, cada país deverá

adotá-las por legislação ou regulamentação a ser imposta sobre seus bancos domésticos. Na data destas Condições Finais, o Banco Central do Brasil não havia publicado um cronograma de deliberação e possível adoção do novo quadro Basileia III.

O quadro Basileia III exigirá que os bancos mantenham: (i) um índice mínimo de capital para ações ordinárias de 4,5%, (ii) um índice mínimo de capital Tier 1 de 6% e (iii) um índice mínimo de capital total de 8%. Além das exigências de capital mínimo, o Basileia III exigirá uma “reserva para conservação de capital” de 2,5% e o regulador de cada país terá liberdade para instituir uma “reserva contracíclica” caso perceba um maior risco sistêmico ao sistema bancário resultante da escalada do crescimento de crédito excedente em sua jurisdição. A reserva para conservação de capital e a reserva contracíclica, se implementadas, restringiriam distribuições discricionárias e, no caso da reserva contracíclica, seria exigida a retenção de um adicional de até 2,5% dos ativos ponderados pelo risco. O Comitê da Basileia introduziu primeiramente as três exigências mínimas básicas de forma gradativa, a partir de 1 de janeiro de 2013, com um período mais longo para os bancos atenderem à exigência da reserva para conservação de capital e demais exigências, a partir de 1 de janeiro de 2016.

O Basileia III também introduz um novo índice de alavancagem. Um período de monitoramento para fins de supervisão terá início em 2011 e um teste paralelo de um índice mínimo de alavancagem Tier 1 de 3% terá início em 2013. O Basileia III exigirá que os bancos divulguem seu índice de alavancagem e os respectivos componentes a partir de 1º de janeiro de 2015.

Além disso, o Basileia III objetiva aprimorar a cobertura de risco por meio da reforma do tratamento atribuído ao risco de crédito de contraparte (“CCR”). Mais futuramente, os bancos afetados, entre outros aspectos, (i) serão obrigados a calcular sua exigência de capital para CCR utilizando dados sujeitos a estresse, (ii) estarão sujeitos à cobrança de uma taxa sobre eventuais perdas de marcação a mercado associadas à deterioração da capacidade de pagamento de contrapartes, (iii) terão de aplicar períodos de margem mais longos para determinar suas exigências de capital no tocante a exposições a derivativos significativas e ilíquidas, e (iv) serão incentivados a transferir garantias e exposições marcadas a mercado para contrapartes centrais.

No que tange à liquidez, o Basileia III implementa um índice de cobertura de liquidez (o “LCR”) e um índice de financiamento líquido estável (o “NSFR”). O LCR exigirá que os bancos afetados mantenham ativos líquidos de alta qualidade suficientes para cobrir 100% das saídas líquidas de caixa que poderiam ser encontradas em um cenário de estresse agudo supondo (i) rebaixamento significativo da classificação de crédito do banco, (ii) perda parcial de depósitos, (iii) perda de financiamento de atacado sem garantia, (iv) aumento significativo de *secured funding haircuts*, e (v) aumentos de *derivative collateral calls* e volumes significativos de *calls* sobre exposições não incluídas no balanço patrimonial. As estimativas de entrada de caixa que se qualificam para compensação de saídas de caixa serão limitadas a um máximo de 75% das saídas de caixa esperadas. O NSFR estabelece um valor mínimo de captação estável que um banco será obrigado a manter com base na liquidez dos ativos e atividades do banco ao longo de um período de um ano. O coeficiente entre a captação estável disponível e o montante de captação estável exigido deve ser superior a 100%. O Basileia III dispõe sobre um período de observação que terá início em 2011 e prevê que o LCR e o NSFR, considerando eventuais revisões, serão introduzidos como padrões mínimos a partir de 1º de janeiro de 2015 e 2018, respectivamente.

Além disso, em 13 de janeiro de 2011, o Comitê da Basileia ampliou as regras de capital do Basileia III acrescentando novas exigências (o “**Anexo de 13 de janeiro**”) aplicáveis a instrumentos de capital Tier 1 ou Tier 2 emitidos por bancos com atividades internacionais. O Anexo de 13 de janeiro impõe outras exigências sobre instrumentos de capital Tier 1 e Tier 2 adicional emitidos por bancos com atividades internacionais. Para ser incluído no capital Tier 1 ou Tier 2 adicional, o Anexo de 13 de janeiro exige que um instrumento emitido por um banco com atividades internacionais possua uma disposição que exija que tais instrumentos, a critério da autoridade competente, sejam baixados ou convertidos em ações ordinárias mediante a ocorrência de um “gatilho”.

Um “gatilho” consiste em: (1) decisão de que uma baixa, sem a qual o banco se tornaria inviável, é necessária, conforme determinado pela autoridade competente; ou (2) decisão de realizar uma injeção de capital do setor público, ou outro tipo de apoio equivalente, sem a qual o banco se tornaria inviável, conforme determinado pela autoridade competente, o que ocorrer primeiro.

As exigências adicionais se aplicarão a todos os instrumentos emitidos após 1 de janeiro de 2013; os instrumentos que se qualifiquem como capital emitidos antes dessa data serão gradualmente extintos em um prazo de 10 anos a partir de 1 de janeiro de 2013.

Na data destas Condições Finais, o Banco Central do Brasil não havia publicado um cronograma para sua deliberação e possível adoção da estrutura do Basileia III, incluindo o Anexo de 13 de janeiro.

Renúncia de Diretor

Em carta datada de 30 de novembro de 2010 endereçada ao conselho de administração do Itaú Unibanco, José Eduardo Lima de Paula Araujo pediu para se retirar da diretoria. A saída do Sr. Lima de Paula Araujo ocorreu no dia 30 de novembro de 2010.

IOF/Câmbio

De acordo com o Decreto nº 7.412/10, o Imposto sobre Operações Financeiras/Câmbio ou “IOF/Câmbio” foi reduzido, com validade a partir de 1 de janeiro de 2011, de 6% para 2% a respeito de operações de câmbio relacionadas à entrada de recursos para investimentos em fundos de investimento em participações (FIPs), Fundos de Investimento em Empresas Emergentes (FIEEs) e fundos para investimento em FIPs e FIEEs. As remessas de recursos ao exterior com relação a investimentos em carteira continuam, como regra geral, sujeitas ao IOF/Câmbio a alíquota de 0%.

Imposto de Renda

A Medida Provisória nº 517, promulgada em 31 de dezembro de 2010 (MP 517/10), fez várias alterações nos regulamentos fiscais brasileiros. Dentre essas alterações estão os benefícios fiscais fornecidos a investidores estrangeiros e brasileiros no que diz respeito a investimentos em dívida de longo prazo emitida por empresas brasileiras. De acordo com a MP 517/10, a alíquota de imposto de renda retido na fonte (“IRRF”) no Brasil é reduzida a zero sobre os rendimentos pagos, creditados, entregues ou remetidos a pessoas residentes ou domiciliadas fora do Brasil com relação a valores mobiliários emitidos por instituições não financeiras brasileiras e

adquiridos após 1 de janeiro de 2011. O benefício fiscal somente é aplicável se: (i) os valores mobiliários forem remunerados a taxas de juros fixas ou a taxa de juros estiver vinculada a índice de preço ou taxa referencial (TR); (ii) os valores mobiliários tiverem um prazo médio ponderado (sujeito a regulamentação adicional por parte do CMN) superior a quatro anos; (iii) os valores mobiliários não forem chamados pelo emissor em dois anos de sua emissão; (iv) o comprador não tiver assumido compromisso de revenda perante o emissor com relação aos valores mobiliários; (v) os rendimentos, se houver, forem pagos em até um prazo de 180 dias, (vi) houver comprovação indicando que os valores mobiliários foram negociados em um mercado regulamentado de valores mobiliários, (vii) houver comprovação (por meio de um procedimento simplificado, que estará ainda sujeito a regulamentação adicional por parte do CMN) da destinação dos recursos em projetos de investimento e (viii) o investidor não estiver localizado em uma Jurisdição com Tributação Favorável (ou seja, países ou locais que não aplicam impostos ou nos quais a alíquota máxima de imposto de renda seja inferior a 20%), de acordo com o artigo 1 da Instrução Normativa nº 1037, de 4 de junho de 2010. Ademais, a respeito dos valores mobiliários adquiridos antes de 1 de janeiro de 2011, em conformidade com as exigências acima, os investidores elegíveis podem pagar antecipadamente o IRRF devido sobre o rendimento relacionado a esses investimentos até 30 de junho de 2011, de forma a serem beneficiados pela alíquota de 0% do IRRF sobre pagamentos de rendimentos futuros.

FATOR DE RISCO ADICIONAL

Os Títulos Subordinados da Tranche 2 emitidos segundo o Regulamento S inicialmente não serão fungíveis com os Títulos Subordinados da Tranche 1.

Os Títulos Subordinados da Tranche 2 emitidos de acordo com o Regulamento S não serão inicialmente fungíveis com os Títulos Subordinados da Tranche 1. Os Títulos Subordinados da Tranche 2 emitidos segundo o Regulamento S (os “**Títulos Subordinados da Tranche 2 segundo o Regulamento S**”) inicialmente terão números CUSIP, ISIN e Código Comum diferentes dos Títulos Subordinados da Tranche 1 emitidos segundo o Regulamento S (os “**Títulos Subordinados da Tranche 1 segundo o Regulamento S**”). Após o período de conformidade de distribuição de 40 dias e mediante a permuta dos Títulos Subordinados da Tranche 2 segundo o Regulamento S com números CUSIP, ISIN e Código Comum temporários pelos detentores que solicitaram que essa permuta fosse feita (conforme descrito no parágrafo 2(ii) acima), espera-se que os Títulos Subordinados da Tranche 2 segundo o Regulamento S passem a ter os mesmos números CUSIP, ISIN e Código Comum que os Títulos Subordinados da Tranche 1 segundo o Regulamento S e passem a ser, então, fungíveis. Contudo, na hipótese de os números CUSIP, ISIN e Código Comum dos Títulos Subordinados da Tranche 2 segundo o Regulamento S não serem consolidados aos números CUSIP, ISIN e Código Comum dos Títulos Subordinados da Tranche 1 segundo o Regulamento S, esses Títulos Subordinados da Tranche 2 segundo o Regulamento S continuarão a ser negociados sob os números CUSIP, ISIN e Código Comum separados e, dessa forma, não seriam fungíveis.

CLASSIFICAÇÕES ESPERADAS DOS TÍTULOS SUBORDINADOS DA TRANCHE 2

Os Títulos Subordinados da Tranche 2 devem ser classificados como “Baa2, perspectiva positiva” pela Moody’s Investors Service e como “BBB Classificação da Dívida Subordinada” pela Fitch Rating Services.

As classificações acima dos Títulos Subordinados da Tranche 2 não são uma recomendação de compra, venda ou manutenção dos Títulos Subordinados da Tranche 2 oferecidos neste instrumento. As classificações poderão estar sujeitas a revisão ou retirada, a qualquer momento, pela Moody's Investors Service e pela Fitch Rating Services. Cada uma das classificações dos Títulos Subordinados da Tranche 2 acima devem ser avaliadas independentemente de qualquer outra classificação de valores mobiliários.

DETERMINADAS CONSIDERAÇÕES FISCAIS NOS ESTADOS UNIDOS

Apresentamos a seguir uma discussão geral a respeito de determinadas considerações sobre imposto de renda federal nos Estados Unidos com relação à compra, titularidade e alienação dos Títulos Subordinados da Tranche 2 por Detentores Norte-Americanos (conforme definido abaixo), que adquiriram os Títulos Subordinados da Tranche 2 nessa oferta por seu Preço de Emissão (estabelecido na folha de rosto dessas Condições Finais) e detêm os Títulos Subordinados da Tranche 2 como ativos financeiros na acepção da cláusula 1221 do Código do Internal Revenue Service dos Estados Unidos, de 1986, e alterações posteriores (o “Código”). A discussão não aborda todas as considerações fiscais que poderão ser relevantes aos Detentores Norte-Americanos em vista de suas circunstâncias específicas ou aos Detentores Norte-Americanos sujeitos a normas especiais de acordo com as leis de imposto de renda federal dos Estados Unidos, como bancos, seguradoras, planos de aposentadoria, empresas de investimento regulamentadas, trustes de investimentos imobiliários, sociedades corretoras de valores mobiliários, corretoras, entidades isentas de impostos, certos ex-cidadãos ou residentes dos Estados Unidos, Detentores Norte-Americanos que detêm Títulos Subordinados da Tranche 2 como parte de uma “operação casada”, “hedge”, “conversão” ou outra operação integrada, Detentores Norte-Americanos que marcam seus valores mobiliários a mercado para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos, Detentores Norte-Americanos cuja moeda funcional não é o dólar norte-americanos ou Detentores Norte-Americanos que detêm (ou considera-se que detenham) 10% ou mais (por poder de voto) das ações do Emissor. Além disso, esta discussão não aborda o efeito de leis fiscais estaduais, municipais ou estrangeiras ou quaisquer considerações sobre imposto federal nos Estados Unidos relativo a espólio, doação ou imposto mínimo alternativo.

Essa discussão tem como base o Código, os Regulamentos do Tesouro promulgados em seus termos, e pronunciamentos administrativos e judiciais, todos válidos na presente data e todos os quais estão sujeitos a alteração, possivelmente com efeito retroativo.

Para fins desta discussão, o termo “Detentor Norte-Americano” significa um proprietário beneficiário de um Título Subordinado da Tranche 2 que seja, para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos, (i) um cidadão ou residente dos Estados Unidos, (ii) uma empresa criada ou constituída de acordo com as leis dos Estados Unidos ou de qualquer estado desse país ou do Distrito de Colúmbia, (iii) um espólio cuja renda está sujeita a imposto de renda federal dos Estados Unidos, independentemente de sua fonte ou (iv) um truste a respeito do qual um tribunal nos Estados Unidos consegue exercer fiscalização primária sobre sua administração e uma ou mais pessoas norte-americanas têm autoridade para controlar todas as suas decisões substanciais, ou certos trustes optantes existentes em 19 de agosto de 1996 e tratados como trustes nacionais nessa data.

Caso uma entidade tratada como sociedade para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos invista em um Título Subordinado da Tranche 2, as considerações sobre imposto de renda federal dos Estados Unidos com relação a esse investimento dependerão, de maneira geral, em parte, da situação e das atividades realizadas por essa entidade e por seus sócios. Tal entidade

deve consultar seus próprios consultores tributários com relação às considerações sobre imposto de renda federal dos Estados Unidos aplicáveis a ela e a seus sócios a respeito da aquisição, titularidade e alienação desse Título Subordinado da Tranche 2.

QUALQUER DISCUSSÃO DE QUESTÕES TRIBUTÁRIAS FEDERAIS DOS ESTADOS UNIDOS APRESENTADAS NESTAS CONDIÇÕES FINAIS NÃO VISOU A UTILIZAÇÃO OU FOI ESCRITA PARA SER UTILIZADA E NÃO PODE SER UTILIZADA POR NENHUM CONTRIBUINTE PARA FINS DE EVITAR MULTAS QUE PODERÃO SER IMPOSTAS AO CONTRIBUINTE DE ACORDO COM A LEI TRIBUTÁRIA FEDERAL. ESSA DISCUSSÃO FOI ESCRITA PARA CORROBORAR A PROMOÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO DAS OPERAÇÕES OU DOS ASSUNTOS ABORDADOS NESTE INSTRUMENTO. CADA CONTRIBUINTE DEVE BUSCAR ORIENTAÇÃO DE UM CONSULTOR TRIBUTÁRIO INDEPENDENTE, COM BASE NAS CIRCUNSTÂNCIAS ESPECÍFICAS DO CONTRIBUINTE.

POTENCIAIS INVESTIDORES SÃO ORIENTADOS A CONSULTAR SEUS PRÓPRIOS CONSULTORES TRIBUTÁRIOS QUANTO ÀS CONSIDERAÇÕES SOBRE IMPOSTO DE RENDA FEDERAL DOS ESTADOS UNIDOS E OUTRAS CONSIDERAÇÕES FISCAIS COM RELAÇÃO À AQUISIÇÃO, TITULARIDADE E ALIENAÇÃO DOS TÍTULOS SUBORDINADOS DA TRANCHE 2, EM VISTA DE SUAS CIRCUNSTÂNCIAS ESPECÍFICAS, BEM COMO DO EFEITO DE QUAISQUER LEIS TRIBUTÁRIAS ESTADUAIS, MUNICIPAIS OU ESTRANGEIRAS.

Exceto quando especificamente descrito abaixo, esta discussão assume que o Emissor não é uma companhia de investimento estrangeiro passivo (uma “**PFIC**”) para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos. Consulte a discussão em “Considerações sobre Companhia de Investimento Estrangeiro Passivo” abaixo.

Caracterização dos Títulos Subordinados da Tranche 2

Determinar se um valor mobiliário deve ser classificado como dívida ou capital para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos depende dos termos do valor mobiliário. O Emissor pretende tratar os Títulos Subordinados da Tranche 2 como dívida para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos. O tratamento do Emissor será vinculante com relação a todos os Detentores Norte-Americanos, exceto um Detentor Norte-Americano que divulgar seu tratamento diferenciado em sua declaração de imposto de renda federal dos Estados Unidos. Contudo, o tratamento do Emissor não é vinculante com relação ao *Internal Revenue Service* (o “**IRS**”) e, como resultado (i) do nível de subordinação dos Títulos Subordinados da Tranche 2, (ii) do possível diferimento do pagamento, pelo Emissor, de juros e principal em certas circunstâncias e (iii) da ausência de um direito, dos Detentores, de antecipar o pagamento dos Títulos Subordinados da Tranche 2 após o não pagamento, pelo Emissor, dos juros sobre os Títulos Subordinados da Tranche 2, existe um risco substancial de que os Títulos Subordinados da Tranche 2 possam ser tratados como capital do Emissor para fins de impostos de renda federal dos Estados Unidos.

Tratamento dos Títulos Subordinados da Tranche 2 como Dívida do Emissor

Caso os Títulos Subordinados da Tranche 2 sejam tratados como dívida do Emissor para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos, as considerações sobre imposto de renda federal dos Estados Unidos com relação à aquisição, titularidade e alienação dos Títulos Subordinados da Tranche 2 são, de maneira geral, descritas no Prospecto sob o título “Tributação – Imposto de Renda Federal dos Estados Unidos”.

Em certas circunstâncias, o Emissor diferirá pagamentos dos Títulos Subordinados da Tranche 2. Os Regulamentos do Tesouro dos Estados Unidos estabelecem regras especiais para instrumentos de dívida com pagamento contingente, que, se aplicáveis, podem fazer com que o momento, valor e natureza da receita, ganho ou perda de um Detentor Norte-Americano a respeito dos Títulos Subordinados da Tranche 2 sejam diferentes dos descritos no Prospecto. Para fins de determinar se um instrumento de dívida é um instrumento de dívida com pagamento contingente, são ignoradas contingências remotas ou emergentes. O Emissor pretende tratar a possibilidade de seu diferimento desses pagamentos como remota. Dessa forma, o Emissor não pretende tratar os Títulos Subordinados da Tranche 2 como instrumentos de dívida com pagamento contingente. O tratamento do Emissor será vinculante com relação a todos os Detentores Norte-Americanos, exceto um Detentor Norte-Americano que divulgar seu tratamento diferenciado em sua declaração de imposto de renda federal dos Estados Unidos. Contudo, o tratamento do Emissor não é vinculante com relação ao IRS. Caso o IRS conteste o tratamento do Emissor, os Detentores Norte-Americanos podem ser obrigados a provisionar o rendimento dos Títulos Subordinados da Tranche 2 em valor superior aos juros declarados e tratar como lucro ordinário, em vez de ganho de capital, qualquer ganho reconhecido na alienação dos Títulos Subordinados da Tranche 2.

Uma parte do preço pago por um Título Subordinado da Tranche 2 será destinável aos juros que acumularam antes da data de o Título Subordinado da Tranche 2 ter sido emitido (os “juros acumulados antes da emissão”). O Emissor pretende assumir a posição de que, na primeira data de pagamento de juros, parte dos juros recebidos em um valor igual aos juros acumulados antes da emissão será tratada como rendimento de juros acumulados antes da emissão e não como pagamento dos juros sobre os Títulos Subordinados da Tranche 2. Os valores tratados como retorno dos juros acumulados antes da emissão não devem, de maneira geral, ser tributáveis quando recebidos, porém devem reduzir a base de cálculo ajustada de um Detentor Norte-Americano no Título Subordinado da Tranche 2 a um valor correspondente.

De maneira geral, um Detentor Norte-Americano recebe desconto de mercado em um Título Subordinado da Tranche 2 na medida em que a soma de todos os valores (exceto pagamentos de juros declarados) devidos sobre esse Título Subordinado da Tranche 2 após sua aquisição por esse Detentor Norte-Americano ultrapassar o valor pago por esse Detentor Norte-Americano com relação a essa aquisição (exceto a respeito dos juros acumulados antes da emissão) por no mínimo um valor legal de pequena monta. De acordo com as regras de desconto de mercado, esse Detentor Norte-Americano será obrigado, de maneira geral, a tratar qualquer pagamento de principal, ou qualquer ganho, da venda, permuta, retirada de circulação ou outra alienação desse Título Subordinado da Tranche 2 como lucro ordinário, na medida de qualquer desconto de mercado acumulado sobre esse Título Subordinado da Tranche 2. Para essa finalidade, o desconto de mercado incidirá, de maneira geral, proporcionalmente durante o período a partir da data de aquisição desse Título Subordinado da Tranche 2 até a data de vencimento desse Título Subordinado da Tranche 2, salvo se esse Detentor Norte-Americano optar por provisionar o desconto de mercado sobre esse Título Subordinado da Tranche 2 de acordo com o método do rendimento constante. Além disso, esse Detentor Norte-Americano poderá ter de diferir, até a venda, permuta, retirada de circulação ou outra alienação desse Título Subordinado da Tranche 2, a dedução de todas ou partes das despesas financeiras de qualquer dívida incorrida ou contínua pela compra ou manutenção desse Título Subordinado da Tranche 2.

Um Detentor Norte-Americano poderá optar por incluir o desconto de mercado sobre um Título Subordinado da Tranche 2 no lucro, na medida em que ele incidir (proporcionalmente ou de

acordo com o método do rendimento constante), caso em que as regras acima que tratam ganho como lucro ordinário e diferem as deduções de juros não se aplicarão a esse Título Subordinado da Tranche 2. A opção de incluir o desconto de mercado na receita atual, assim que entregue por um Detentor Norte-Americano, será aplicável a todos os títulos com desconto de mercado adquiridos por esse Detentor Norte-Americano durante ou após o exercício fiscal para o qual a opção foi feita e não poderá ser revogada sem o consentimento do IRS. Os Detentores Norte-Americanos devem consultar seus próprios consultores tributários a respeito das implicações em termos de imposto de renda federal nos Estados Unidos relacionadas à titularidade e alienação de um Título Subordinado da Tranche 2 com desconto de mercado, inclusive as implicações fiscais da opção de provisionar o desconto de mercado no lucro conforme incidir.

Tratamento dos Títulos Subordinados da Tranche 2 como Capital do Emissor

Caso os Títulos Subordinados da Tranche 2 sejam tratados como capital do Emissor para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos, as considerações sobre imposto de renda federal nos Estados Unidos com relação à aquisição, titularidade e alienação dos Títulos Subordinados da Tranche 2 serão descritas abaixo.

Juros

Os pagamentos dos juros sobre os Títulos Subordinados da Tranche 2 serão tratados como distribuições pagas a respeito das ações do Emissor. Uma distribuição paga pelo Emissor com base nos ganhos e lucros correntes ou acumulados (conforme determinado para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos), antes da dedução de qualquer imposto brasileiro retido na fonte pago pelo Emissor a esse respeito, será incluída de maneira geral na receita bruta de um Detentor Norte-Americano como um dividendo na data em que esse Detentor Norte-Americano de fato receber ou receber de forma construtiva essa distribuição e não será elegível à dedução de dividendos recebidos permitida a empresas ou à alíquota reduzida aplicável a certos dividendos recebidos por detentores não corporativos. Uma distribuição a respeito de um Título Subordinado da Tranche 2 superior aos ganhos e lucros correntes ou acumulados será tratada como retorno de capital não tributável na medida da base do Detentor Norte-Americano nesse Título Subordinado da Tranche 2 e, daí por diante, como ganho da venda ou permuta desse Título Subordinado da Tranche 2. O Emissor não manteve e não planeja manter cálculos de ganhos e lucros para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos. Assim, um Detentor Norte-Americano pode precisar incluir todo o valor de qualquer referida distribuição, na receita, como um dividendo.

Venda, Permuta, Retirada de Circulação ou Outra Alienação dos Títulos Subordinados da Tranche 2

Após uma venda, permuta, retirada de circulação ou outra alienação de um Título Subordinado da Tranche 2, um Detentor Norte-Americano normalmente reconhecerá um ganho ou perda equivalente à diferença entre o valor realizado nessa venda, permuta, retirada de circulação ou outra alienação e a base de cálculo desse Detentor Norte-Americano nesse Título Subordinado da Tranche 2. Esse ganho ou perda normalmente será um ganho ou perda de capital de longo prazo caso esse Detentor Norte-Americano tenha detido esse Título Subordinado da Tranche 2 por mais de um ano no momento da alienação. Certos Detentores Norte-Americanos não pessoa jurídica têm direito a um tratamento preferencial para ganhos líquidos de capital de longo prazo. A capacidade de um Detentor Norte-Americano compensar as perdas de capital com lucro ordinário é limitada.

Considerações sobre Crédito Fiscal Estrangeiro

Conforme discutido no Prospecto no item “Tributação – Brasil”, segundo a lei vigente, os pagamentos de juros e desconto de emissão original com relação aos Títulos Subordinados da Tranche 2 poderiam estar sujeitos a imposto retido na fonte no Brasil. As distribuições tratadas como dividendos, antes da dedução de quaisquer impostos retidos na fonte no Brasil e pago pelo Emissor a esse respeito, normalmente serão incluídas na receita bruta de um Detentor Norte-Americano. Assim, esse Detentor Norte-Americano será obrigado a declarar renda para essas finalidades em um valor maior que o valor real que esse Detentor Norte-Americano recebe em dinheiro. As distribuições tratadas como dividendos sobre um Título Subordinado da Tranche 2 normalmente constituirão renda de fontes fora dos Estados Unidos e normalmente serão categorizadas, para fins de crédito fiscal estrangeiro nos EUA, como “renda passiva” ou, no caso de alguns Detentores Norte-Americanos, como “renda geral”. Sujeito às limitações e exigências do período de indisponibilidade aplicáveis, um Detentor Norte-Americano poderá ser elegível a reivindicar um crédito contra seu passivo de imposto de renda federal norte-americano para quaisquer desses impostos retidos na fonte no Brasil. Contudo, o IRS poderá adotar a visão de que o direito legal de um Detentor Norte-Americano receber o principal dos Títulos Subordinados da Tranche 2 em uma data estabelecida é suficiente para fazer com que os Títulos Subordinados da Tranche 2 não atendam à exigência de período de indisponibilidade, caso em que os Detentores Norte-Americanos poderão não ser elegíveis para reivindicar esse crédito para esses impostos, porém, em vez disso, poderão reivindicar uma dedução. Conforme discutido no Prospecto no item “Tributação – Brasil”, segundo a lei vigente, o ganho resultante de uma venda ou outra alienação de um Título Subordinado da Tranche 2 poderá estar sujeito a impostos de renda ou retidos na fonte no Brasil. A utilização de um crédito fiscal estrangeiro por um Detentor Norte-Americano com relação a quaisquer referidos impostos sobre a renda ou retidos na fonte no Brasil poderia ser limitada, já que esse ganho normalmente constituirá renda de fontes nos Estados Unidos.

Um Detentor Norte-Americano que não reivindique um crédito fiscal estrangeiro nos EUA normalmente poderá, em vez disso, reivindicar uma dedução em quaisquer referidos impostos brasileiros, porém apenas em qualquer exercício fiscal em que esse Detentor Norte-Americano opte por fazê-lo com relação a todos os impostos de renda não norte-americanos. O ganho ou perda cambial estrangeiro normalmente constituirá renda de fontes nos Estados Unidos.

As normas referentes a créditos fiscais estrangeiros são muito complexas, e cada Detentor Norte-Americano deve entrar em contato com seus próprios consultores tributários a respeito de sua aplicação.

Considerações a Respeito de Companhias de Investimento Estrangeiro Passivo

Normas especiais de imposto de renda federal dos Estados Unidos aplicam-se a pessoas norte-americanas que detêm ações de uma PFIC. Uma empresa estrangeira será, de maneira geral, classificada como PFIC para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos em qualquer exercício fiscal no qual, após aplicar as regras *look-through* relevantes a respeito do lucro e ativos de certas subsidiárias: no mínimo 75% de seu lucro bruto seja “lucro passivo” ou, em média, no mínimo 50% do valor bruto de seus ativos sejam atribuídos a ativos que geram lucro passivo ou são mantidos para gerar lucro passivo.

Para esse fim, o lucro passivo inclui, de maneira geral, entre outras coisas, dividendos, juros, aluguéis, royalties, ganhos da alienação de ativos que geram lucro passivo e ganhos de operações de commodities.

A aplicação das normas de PFIC a bancos não é clara de acordo com a lei de imposto de renda federal dos Estados Unidos. Os bancos obtêm, de maneira geral, uma parte substancial de seu lucro de ativos remunerados ou que podem de outra forma ser havidos por gerar lucro passivo, de acordo com as normas de PFIC. O IRS emitiu uma notificação e propôs regulamentos que excluem do lucro passivo qualquer lucro gerado pela condução ativa de um negócio bancário por um banco estrangeiro de qualificação (a **“Exceção a Bancos com Negócios Ativos”**). A notificação e os regulamentos propostos pelo IRS possuem exigências diferentes para qualificação como banco estrangeiro e para determinação do lucro bancário que poderá ser excluído do lucro passivo de acordo com a Exceção a Bancos com Negócios Ativos. Ademais, os regulamentos propostos têm sido discutidos desde 1994 e não entraram em vigor a menos que sejam concluídos.

Com base nas estimativas de lucro bruto e ativos brutos atuais e projetados do Emissor, o Emissor não acredita que será classificado como PFIC em seus exercícios fiscais atuais ou futuros. A determinação de se o Emissor é uma PFIC, contudo, é feita anualmente e tem como base a composição do lucro e dos ativos do Emissor (incluindo, dentre outros, entidades na quais o Emissor detém uma participação de no mínimo 25%) e a natureza das atividades do Emissor (inclusive sua capacidade de qualificar-se à Exceção a Bancos com Negócios Ativos).

Como regulamentos definitivos não foram emitidos e como a notificação e os regulamentos propostos são incoerentes, o status do Emissor de acordo com as normas de PFIC está sujeito a incerteza considerável. Apesar de o Emissor conduzir, e pretender continuar conduzindo, um negócio bancário significativo, não há garantia de que o Emissor atenderá às exigências específicas da Exceção a Bancos com Negócios Ativos, de acordo com a notificação ou dos regulamentos propostos pelo IRS. Dessa forma, os Detentores Norte-Americanos podem estar sujeitos a imposto de renda federal dos Estados Unidos de acordo com as normas descritas abaixo.

Caso o Emissor seja tratado como PFIC em qualquer exercício fiscal, salvo se um Detentor Norte-Americano optar por ser tributado anualmente em uma base de marcação a mercado a respeito dos Títulos Subordinados da Tranche 2, conforme descrito a seguir, qualquer ganho realizado sobre uma venda ou outra alienação tributável dos Títulos Subordinados da Tranche 2 e certas “distribuições excedentes” (em geral, distribuições superiores a 125% da distribuição média em um período de três anos, ou, se menos, no período de detenção dos Títulos Subordinados da Tranche 2) serão tratados como lucro ordinário e estarão sujeitos a impostos como se (i) a distribuição ou ganho excedente tivesse sido realizada proporcionalmente no período de detenção pelo Detentor Norte-Americano dos Títulos Subordinados da Tranche 2, (ii) o valor considerado realizado em cada exercício estivesse sujeito a impostos em cada referido exercício à maior alíquota marginal nesse exercício (exceto lucro alocado ao período atual ou qualquer período fiscal antes de o Emissor se tornar uma PFIC, que estaria sujeito a impostos à alíquota regular do lucro ordinário do Detentor Norte-Americano no exercício corrente e não estaria sujeita à cobrança de juros discutida a seguir) e (iii) a cobrança de juros aplicável em geral a pagamentos a menor de impostos tivesse sido feita sobre os impostos considerados devidos nesses exercícios.

O Emissor não espera fornecer informações que permitiriam que os Detentores Norte-Americanos evitassem as consequências acima realizando a opção por um “fundo de eleição qualificado”.

Caso o Emissor seja tratado como PFIC e, a qualquer momento, invista em empresas estrangeiras classificadas como PFICs (cada uma delas, uma **“PFIC Subsidiária”**), os Detentores Norte-

Americanos serão, de maneira geral, considerados detentores e também estariam sujeitos às normas de PFIC relacionadas a sua participação acionária indireta em qualquer referida PFIC Subsidiária. Caso o Emissor seja tratado como PFIC, um Detentor Norte-Americano poderá incorrer em responsabilidade pelo imposto diferido e pela taxa de juros descritos acima caso (i) o Emissor receba uma distribuição ou aliene toda ou parte de sua participação em qualquer referida PFIC Subsidiária ou (ii) o referido Detentor Norte-Americano aliene todos ou parte dos Títulos Subordinados da Tranche 2.

Um detentor norte-americano de ações em uma PFIC (porém, provavelmente, não uma PFIC Subsidiária, conforme discutido a seguir) poderá fazer uma opção por “marcação a mercado”; ressalvado que as ações da PFIC sejam “ações negociáveis”, conforme definido nos termos dos regulamentos do Tesouro aplicáveis (ou seja, “regularmente negociadas” em uma “bolsa de valores qualificada ou outro mercado”). Nos termos dos regulamentos do Tesouro aplicáveis, uma “bolsa de valores qualificada ou outro mercado” inclui uma bolsa de valores mobiliários regulamentada ou supervisionada por uma autoridade governamental do país em que o mercado está localizado e cumpre certas exigências de negociação, listagem, divulgação financeira e outras exigências estabelecidas nos regulamentos do Tesouro aplicáveis. Nos termos dos regulamentos do Tesouro aplicáveis, as ações da PFIC negociadas em uma bolsa de valores qualificada ou em outro mercado são regularmente negociadas nessa bolsa de valores ou em outro mercado em qualquer ano civil durante o qual essas ações sejam negociadas, em quantidades acima do mínimo estabelecido, em pelo menos 15 dias durante cada ano civil. O Emissor não pode garantir aos Detentores Norte-Americanos que os Títulos Subordinados da Tranche 2 serão tratados como “ações negociáveis” em qualquer exercício fiscal.

Caso a marcação a mercado seja escolhida, um Detentor Norte-Americano que faz essa opção normalmente (i) incluiria no lucro bruto, totalmente como lucro ordinário, um valor equivalente ao excedente, se houver, do justo valor de mercado dos Títulos Subordinados da Tranche 2 no encerramento de cada exercício fiscal e a base de cálculo ajustada desse Detentor Norte-Americano nesses Títulos Subordinados da Tranche 2 e (ii) deduziria, como prejuízo ordinário, o excedente, se houver, da base de cálculo ajustada desse Detentor Norte-Americano nesses Títulos Subordinados da Tranche 2 sobre o justo valor de mercado desses Títulos Subordinados da Tranche 2 no fim do exercício fiscal, porém apenas na medida do valor líquido previamente incluído no lucro bruto como resultado da opção por marcação a mercado. A base de cálculo ajustada de um Detentor Norte-Americano nos Títulos Subordinados da Tranche 2 aumentaria ou diminuiria no valor do ganho ou perda considerado no regime de marcação a mercado. Contudo, mesmo se um Detentor Norte-Americano for elegível à opção por marcação a mercado com relação aos Títulos Subordinados da Tranche 2, não está claro se ou como essa opção seria aplicável com relação às ações de qualquer PFIC Subsidiária consideradas detidas por esse Detentor Norte-Americano, pois essa PFIC Subsidiária poderia não ser negociável. A opção por marcação a mercado é feita com relação às ações negociáveis em uma PFIC de acionista para acionista e, uma vez feita, poderá ser revogada apenas com o consentimento do IRS. Seriam aplicáveis normas especiais se a opção por marcação a mercado não for feita no primeiro exercício fiscal em que um Detentor Norte-Americano detiver ações de uma PFIC.

Um Detentor Norte-Americano com Títulos Subordinados da Tranche 2 em qualquer exercício fiscal em que o Emissor for considerado uma PFIC normalmente seria obrigado a entregar uma declaração com informações a respeito de cada PFIC (incluindo PFICs Subsidiárias) em que o Detentor Norte-Americano possua participação direta ou indireta. Os Detentores Norte-Americanos devem entrar em contato com seus próprios consultores tributários a respeito da

aplicação das normas de PFIC aos Títulos Subordinados da Tranche 2 e da disponibilidade e oportunidade de fazer uma opção por marcação a mercado caso o Emissor seja considerado uma PFIC em qualquer exercício fiscal.

Substituição do Emissor

Caso o Emissor substitua por si mesmo um Devedor Substituído, essa substituição poderia ser considerada, para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos, uma permuta tributável entre (i) os Títulos Subordinados da Tranche 2 válidos antes dessa substituição e (ii) os Títulos Subordinados da Tranche 2 válidos após essa substituição. Consulte o item “Venda, Permuta, Retirada de Circulação ou Outra Alienação dos Títulos Subordinados da Tranche 2” acima. Os Detentores Norte-Americanos devem entrar em contato com seus próprios consultores tributários a respeito das implicações em termos de imposto de renda federal nos Estados Unidos a respeito desse evento.

Retenção para garantia de imposto e Divulgação de Informações

As exigências de retenção para garantia de imposto e divulgação de informações normalmente são aplicáveis aos pagamentos de juros e principal efetuados e aos recursos de vendas realizadas por certos Detentores Norte-Americanos. Um Detentor Norte-Americano não isento de outra forma da retenção para garantia de imposto normalmente pode evitá-la mediante apresentação de um Formulário W-9 do IRS devidamente assinado. Quaisquer valores retidos nos termos das normas de retenção para garantia de imposto serão permitidos como reembolso ou crédito contra o passivo de imposto de renda federal nos Estados Unidos do Detentor Norte-Americano contanto que as informações exigidas sejam fornecidas tempestivamente ao IRS.

Exigências de Divulgação para Ativos Financeiros Estrangeiros Especificados

Segundo a legislação atual, os Detentores dos Estados Unidos pessoas físicas (e certas pessoas jurídicas dos Estados Unidos especificadas nas orientações do IRS) os quais, durante qualquer exercício tributável, detenham qualquer participação em qualquer “ativo financeiro estrangeiro especificado”, em geral, serão obrigados a apresentar com suas declarações de imposto de renda dos Estados Unidos uma declaração estabelecendo certas informações se o valor agregado de tais ativos for superior a US\$50.000. O “ativo financeiro estrangeiro especificado” inclui qualquer conta financeira mantida em instituição financeira fora dos Estados Unidos e também poderá incluir os Títulos Subordinados da Tranche 2 se eles não forem mantidos em uma conta em uma instituição financeira dos Estados Unidos. Poderão ser impostas multas substanciais e o período de prescrição para a incidência e cobrança de imposto de renda dos Estados Unidos poderá ser estendido, por descumprimento. Os Detentores dos Estados Unidos deverão consultar seus próprios advogados tributaristas para saber se eles estão sujeitos a essa nova exigência.

Exigências de Divulgação para Certos Detentores dos Estados Unidos Reconhecendo Perdas Significativas

Um Detentor dos Estados Unidos que reivindique perdas significativas com respeito a um Título Subordinado da Tranche 2 para fins de imposto de renda dos Estados Unidos (em geral (i) US\$10 milhões ou mais em um exercício tributável ou US\$20 milhões ou mais em qualquer combinação de exercícios tributáveis para sociedades ou sociedades em comandita cujos sócios sejam todos sociedades, (ii) US\$2 milhões ou mais em um exercício tributável ou US\$4 milhões ou mais em qualquer combinação de exercícios tributáveis para todos os outros contribuintes, ou (iii) US\$50.000 ou mais em um exercício tributável para pessoas físicas ou trustes com respeito a uma operação de câmbio) poderá estar sujeito a certas exigências de divulgação de “operações notificáveis.” Os Detentores dos Estados Unidos deverão consultar seus próprios advogados

tributaristas a respeito de qualquer obrigação de divulgação possível com respeito aos Títulos Subordinados da Tranche 2.

TRIBUTAÇÃO NAS ILHAS CAYMAN

Encontra-se abaixo uma discussão sobre determinadas considerações sobre de imposto de renda nas Ilhas Cayman de um investimento nos Títulos Subordinados da Tranche 2. A discussão é um resumo geral da legislação em vigor, a qual está sujeita à mudança prospectiva e retroativa. Ela não pretende ser uma orientação fiscal, não considera as circunstâncias particulares de nenhum investidor, e não considera implicações fiscais que não sejam aquelas decorrentes da lei das Ilhas Cayman.

De acordo com as Leis das Ilhas Cayman em vigor:

Os pagamentos de juros e principal sobre os Títulos Subordinados da Tranche 2 não estarão sujeitos à tributação nas Ilhas Cayman e nenhuma retenção será exigida no pagamento de juros e principal a qualquer detentor dos Títulos Subordinados da Tranche 2, nem os ganhos auferidos na alienação dos Títulos Subordinados da Tranche 2 estarão sujeitos a imposto de renda pessoa física ou jurídica. Atualmente, não existe nas Ilhas Cayman imposto de renda pessoa física, pessoa jurídica ou sobre ganho de capital e nem imposto sobre espólio, herança ou doação.

Nenhum imposto de selo é devido com respeito à emissão dos Títulos Subordinados da Tranche 2. Um instrumento de transferência com respeito aos Títulos Subordinados da Tranche 2 estará selado se assinado ou enviado às Ilhas Cayman.

RESPONSABILIDADE

O Emissor aceita a responsabilidade pelas informações contidas nestas Condições Finais as quais, quando lidas em conjuntos com o Prospecto (e as informações incorporadas por referência a esse instrumento) mencionado acima, contenham todas as informações que sejam substanciais no contexto dos Títulos Subordinados da Tranche 2.

LEI APLICÁVEL E FORO

A Escritura de Truste, os Títulos Subordinados, as Condições Finais (inclusive o sumário das Condições Finais estabelecido na cláusula 5 do Núcleo de Subordinação) e quaisquer obrigações não contratuais decorrentes de ou com relação a eles são regidos por, e interpretados de acordo com a lei inglesa, **ressalvado que** as disposições contidas no Núcleo de Subordinação estabelecido no Anexo A a este instrumento, impostas ao Emissor para que os Títulos Subordinados se qualifiquem como Capital Tier 2 segundo a Resolução 3.444, serão regidas e interpretadas de acordo com as leis do Brasil.

Os tribunais da Inglaterra terão competência para dirimir quaisquer controvérsias que possam surgir de ou com relação aos Títulos Subordinados ou à Escritura de Truste (inclusive as obrigações não contratuais decorrentes de ou com relação aos Títulos Subordinados ou à Escritura de Truste) e segundo qualquer ação ou processo judicial decorrente ou com relação aos Títulos Subordinados ou à Escritura de Truste que possa ser instaurada em quaisquer tribunais. De acordo com a Escritura de Truste, o Emissor submete-se irrevogavelmente à competência exclusiva dos tribunais ingleses.

Assinado em nome do Emissor:

**ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.,
atuando por meio de sua Agência nas Ilhas da Cayman**

Por _____

Nome:

Cargo:

Por _____

Nome:

Cargo:

(Página de Assinatura das Condições Finais)

ANEXO A
Núcleo de Subordinação

("Núcleo de subordinação")

Este Núcleo de Subordinação ("*núcleo de subordinação*") foi preparado para fins do artigo 7 da Resolução Nº 3.444, publicada pelo Conselho Monetário Nacional ("**CMN**") em 28 de fevereiro de 2007, conforme aditada ("**Resolução Nº 3.444**").

1. Cláusulas demonstrando conformidade com todas as exigências do artigo 9 da Resolução Nº 3.444:

- (i) De acordo com o artigo 9, I, II e III da Resolução Nº 3.444, os Títulos Subordinados serão emitidos na forma nominativa, totalmente integralizados em dinheiro e não poderão ter data de vencimento, ser resgatados ou amortizados antes de cinco anos da data de emissão, como estabelecido abaixo:

Forma, Subscrição em Dinheiro e Vencimento

- i. *Forma: Os Títulos Subordinados da Tranche 2 serão emitidos na forma nominativa.*
 - ii. *Subscrição e pagamento em dinheiro: Os Títulos Subordinados poderão ser emitidos em uma ou mais Tranches, cuja contraprestação será paga ao Emissor em dinheiro na data da respectiva emissão.*
 - iii. *Vencimento: Os Títulos Subordinados não terão, sem aprovação prévia do Banco Central, uma data de vencimento, não serão resgatados ou amortizados antes de 5 (cinco) anos a partir da data de emissão.*
- (ii) De acordo com o artigo 9, IV, da Resolução nº 3.444, o pagamento de quaisquer valores devidos e exigíveis segundo os Títulos Subordinados serão subordinados a outras obrigações do Emissor, no caso de dissolução, falência ou liquidação do Emissor, como estabelecido abaixo:

Situação; Disposições de Subordinação

- i. *Situação: Os Títulos Subordinados constituem obrigações quirografárias e subordinadas do Emissor.*
- ii. *Subordinação: Os Títulos Subordinados são subordinados em direito de pagamento a todas as Obrigações Sênior do Emissor de acordo com este Núcleo de Subordinação.*

Sujeito à lei aplicável (A) os direitos e reivindicações dos Detentores dos Títulos estão e estarão subordinados e nesse sentido sujeitos, quanto ao direito de pagamento, ao pagamento prévio integral de todo o principal, prêmio, se houver, juros e quaisquer outros valores devidos ou vincendos no tocante a todas as Obrigações Sênior mediante dissolução, falência, liquidação, moratória de pagamentos, insolvência ou processos

semelhantes do Emissor (cada qual um “Evento de Falência”), e (B)(i) os Títulos Subordinados se classificarão pari passu entre si sem nenhuma prioridade entre eles, (ii) os direitos e reivindicações dos Detentores dos Títulos segundo os Títulos Subordinados se classificarão pari passu com os direitos e reivindicações dos detentores dos Passivos de Paridade e (iii) na medida permitida pela lei aplicável, os Títulos Subordinados terão prioridade sobre os Passivos de Segundo Grau do Emissor; ressalvado que a fusão do Emissor com, a incorporação do Emissor a qualquer outra sociedade ou a liquidação ou dissolução do Emissor após a transmissão ou transferência (inclusive com relação a uma cisão) de seus bens, ativos e passivos substancialmente como um todo a outra sociedade não será considerado Evento de Falência para os fins desta cláusula se o Banco Central tiver aprovado essa incorporação, fusão, transferência ou transmissão. Subsequentemente, o Emissor será automaticamente liberado e desobrigado de todas as obrigações e acordos segundo a Escritura de Truste e os Títulos Subordinados, e os Títulos Subordinados continuarão em circulação e serão tratados como dívida subordinada dessa Sociedade Sucessora de acordo com os termos da Resolução 3.444.

- (iii) De acordo com o artigo 9, V, da Resolução nº 3.444, o pagamento de principal, juros ou qualquer valor devido e exigível segundo os Títulos Subordinados será postergado caso o Emissor não esteja em conformidade com as exigências de capital ajustadas pelo risco ou seus limites operacionais determinados pelo Banco Central ou se, em decorrência de tal pagamento, o Emissor fosse deixar de satisfazer as exigências de capital ajustadas pelo risco, como estabelecido abaixo:

Diferimento de Juros e Principal

- i. *Qualquer pagamento (de principal, juros ou qualquer outro valor) sobre os Títulos Subordinados em qualquer Data de Pagamento de Juros, Data de Vencimento ou qualquer outra data, conforme aplicável, não será devido naquele momento e o Emissor diferirá esse pagamento de juros ou principal ou qualquer outro montante referente aos mesmos integralmente se o Emissor determinar que ele não está em conformidade, ou se em decorrência de tal pagamento, o Emissor não estivesse em conformidade, com as exigências de adequação de capital ou limites operacionais então aplicáveis, conforme estabelecido na Resolução 3.444 ou Resolução 2.099, ou se seus índices financeiros ficarem abaixo dos níveis mínimos exigidos por regulamentos aplicáveis ao Emissor então existentes na data deste Núcleo de Subordinação, conforme especificado nas Condições Finais ou subsequentemente promulgados ou decretados pelas autoridades monetárias ou bancárias brasileiras ou qualquer outra Autoridade Governamental Brasileira (as “Exigências de Capital Ajustadas pelo Risco”).*
- ii. *Mediante a ocorrência do subparágrafo (i) acima, o Emissor diferirá os pagamentos de juros ou principal ou qualquer outro montante integral até a data de no máximo o número de dias especificados nas Condições Finais após a data em que ele não esteja mais em violação das Exigências de Capital Ajustadas pelo Risco e o pagamento desses juros ou do montante de principal ou outro montante, ou qualquer parte dos mesmos, não mais faria com que o Emissor violasse as Exigências de Capital Ajustadas pelo Risco.*

- iii. *O diferimento de qualquer pagamento de acordo com esta condição não constituirá um Caso de Inadimplemento segundo os Títulos Subordinados.*
 - iv. *Os montantes de juros diferidos serão determinados em cada Data de Pagamento de Juros somente para fins de cálculo dos juros acumulados subsequentemente sobre os montantes em mora. Sobre tais montantes em mora incidirão juros à Taxa de Juros dos Títulos Subordinados mais a Taxa de Mora, conforme especificado nas Condições Finais. O Emissor envidará esforços razoáveis para entregar notificação prévia de não mais do que o número máximo de Dias Úteis Relevantes especificados nas Condições Finais aos Detentores dos Títulos a respeito de qualquer pagamento de juros ou principal que será diferido e de qualquer data na qual qualquer montante em mora ou quaisquer juros adicionais sobre tal montante serão pagos. Se os montantes em mora forem a qualquer momento pagos apenas parcialmente:*
 - A. *todos os montantes em mora serão exigíveis antes dos juros adicionais sobre esses montantes;*
 - B. *todos os montantes em mora serão exigíveis na ordem do Período de Juros no qual eles incidiram, e o pagamento dos juros adicionais sobre esse montantes, seguirá a mesma ordem; e*
 - C. *todos os montantes em mora ou juros adicionais sobre esses montantes, conforme possa ser o caso, referentes a qualquer Período de Juros serão pagos proporcionalmente aos Detentores dos Títulos.*
- (iv) Nos termos do artigo 9, VI, da Resolução 3.444, a recompra ou o resgate antecipado dos Títulos Subordinados, mesmo se indiretamente, por meio de uma pessoa jurídica relacionada ao Emissor que faça parte do mesmo conglomerado financeiro ou consolidado econômico/financeiro, está sujeita a autorização prévia do Banco Central, conforme estabelecido a seguir:
- i. *Recompras:* *Sujeito à aprovação prévia do Banco Central (de acordo com o artigo 9, VI e parágrafo 3, da Resolução 3.444) ou qualquer outra Autoridade Governamental Brasileira, se necessário, o Emissor ou qualquer Afiliada poderá, a qualquer momento, recomprar Títulos Subordinados em um mercado aberto ou de outra forma ou modo e por qualquer preço, contanto que o Emissor atenda às Exigências de Capital Ajustadas pelo Risco e que essa recompra não faça com que o Emissor deixe de atender às Exigências de Capital Ajustadas pelo Risco. Os Títulos Subordinados assim recomprados, enquanto forem mantidos pelo Emissor ou em seu nome, ou em nome de qualquer uma das suas Afiliadas, não atribuirá ao Detentor dos Títulos o direito de votar em qualquer assembleia de Detentores dos Títulos e serão considerados em aberto para fins de cálculo de quórum nas assembleias de Detentores dos Títulos.*
 - ii. *Resgate Opcional por Questões de Tributação:* *Sujeito à aprovação prévia do Banco Central ou de qualquer outra Autoridade Governamental Brasileira*

aplicável para esse resgate (se a aprovação for então necessária), o Emissor poderá resgatar ou obter a recompra dos Títulos Subordinados, a seu critério, como um todo, mas não em parte, a qualquer momento, mediante aviso prévio de no mínimo 30 dias e no máximo 45 aos Detentores dos Títulos (notificação essa que será irrevogável), pelo seu Valor de Resgate Antecipado (com juros acumulados até, mas excluindo-se a data estabelecida para o resgate) se (i) houver mais de um risco imaterial de que o Emissor tenha que ou venha ser obrigado a pagar valores adicionais (valores adicionais esses a serem determinados de acordo com o item 8 dos Termos e Condições) superiores aos valores adicionais que poderiam ser pagos em virtude de deduções ou retenções feitas à taxa do Nível de Retenção Original conforme especificado nos Termos Finais, como resultado de qualquer alteração, ou aditamento, às leis ou regulamentos do Brasil ou das Ilhas Cayman, ou de qualquer subdivisão política ou autoridade no Brasil ou nas Ilhas Cayman com poderes de tributação, ou de qualquer alteração na aplicação ou na interpretação oficial dessas leis ou regulamentos (inclusive uma decisão de um tribunal competente), e tal alteração ou aditamento seja adotada ou entre em vigor na Data de Emissão ou posteriormente, e (ii) essa obrigação não possa ser evitada pelo Emissor, tomando as medidas legais disponíveis para ele, ressalvado que essa notificação de resgate ou de compra em lugar do resgate seja entregue com antecedência superior a 90 dias em relação à primeira data em que o Emissor seria obrigado a pagar esses valores adicionais referentes ao pagamento relacionado aos Títulos Subordinados então vincendos. Antes da publicação de qualquer notificação de resgate ou de compra no lugar do resgate nos termos desta cláusula 1(iv)(ii) deste Núcleo de Subordinação, o Emissor entregará ao Trustee um certificado assinado por dois diretores ou procuradores autorizados do Emissor, declarando que a obrigação mencionada no item (i) não pode ser evitada pelo Emissor tomando as medidas legais disponíveis para ele e o Trustee aceitará esse certificado como comprovação suficiente do atendimento da condição suspensiva estabelecida no item (ii) acima, que será conclusivo e obrigará os Detentores dos Títulos.

- iii. *Resgate Opcional devido a um Evento Regulatório:* *Sujeito à aprovação prévia do Banco Central ou de Outra Autoridade Governamental Brasileira aplicável para esse resgate (se essa aprovação for então necessária), o Emissor poderá resgatar ou obter a compra dos Títulos Subordinados, no todo, mas não em parte, a qualquer momento, mediante aviso prévio de no mínimo 30 dias e no máximo 60 dias aos Detentores dos Títulos (notificação essa que será irrevogável), pelo seu Valor de Resgate Antecipado (juntamente com juros acumulados até, mas excluindo-se a data estabelecida para o resgate) se o Emissor confirmar ao Trustee imediatamente antes de fazer essa notificação que houve um Evento Regulatório, ressalvado, entretanto, que nenhuma notificação de resgate ou de compra em lugar do resgate será entregue com antecedência superior a 90 dias em relação à primeira data em que o Evento Regulatório ocorra de fato ou seja previsto. Antes da publicação de qualquer notificação de resgate ou compra em lugar do resgate nos termos desta cláusula 1(iv)(iii) deste Núcleo de Subordinação, o Emissor entregará ao Trustee um certificado assinado por dois diretores ou procuradores autorizados do Emissor, declarando que o Emissor tem direito a efetuar o resgate*

ou efetuar tal compra em lugar do resgate nos termos desta cláusula 1(v)(iii) deste Núcleo de Subordinação, e apresentando, com detalhes razoáveis, um relato dos fatos que deram origem àquele direito de resgate. Simultaneamente, o Emissor entregará ao Trustee um Parecer do Advogado declarando, entre outros aspectos, a ocorrência de um Evento Regulatório e que todas as aprovações necessárias para o Emissor efetuar esse resgate ou compra em lugar do resgate foram obtidas e estão em pleno vigor e efeito, ou especificando as aprovações necessárias ainda não obtidas na data daquele parecer.

iv. *Resgate dos Títulos Subordinados a Critério do Emissor (Opção de Compra): Não aplicável.*

- (v) Nos termos do artigo 9, VII, da Resolução 3.444, os Títulos Subordinados não serão resgatados a critério dos Detentores dos Títulos, conforme estabelecido a seguir:

Inexistência de Resgate a Critério dos Detentores dos Títulos: Os Títulos Subordinados não podem ser resgatados a critério dos Detentores dos Títulos.

- (vi) Nos termos do artigo 9, VIII e IX, da Resolução 3.444, os Títulos Subordinados serão obrigações não garantidas do Emissor e não estarão sujeitos a cobertura de seguros, conforme estabelecido a seguir:

Inexistência de Garantia ou Seguro: Os Títulos Subordinados são obrigações não garantidas e subordinadas do Emissor e não são beneficiados por qualquer garantia ou seguro emitido nos termos de qualquer apólice de seguros ou estrutura similar que comprometa a subordinação dos Títulos Subordinados e/ou exija ou permita pagamentos ou transferências dos fundos para os Detentores dos Títulos, direta ou indiretamente, pelo Emissor ou qualquer Afiliada.

- (vii) Nos termos do parágrafo um do artigo 9 da Resolução 3.444, a Escritura de Truste e os Títulos Subordinados serão regidos e interpretados de acordo com uma legislação e jurisdição específica:

Legislação Aplicável: A Escritura de Truste, os Títulos Subordinados e quaisquer obrigações não contratuais provenientes deles ou relacionadas a eles (inclusive o sumário das Condições Finais estabelecidas no item 5 deste Núcleo de Subordinação) são regidos e serão interpretados de acordo com as leis inglesas, ressalvado que as disposições contidas neste Núcleo de Subordinação, impostas ao Emissor para que a Títulos Subordinados da Tranche 2 se qualifiquem como Capital Tier 2 nos termos da Resolução 3.444, serão regidas e interpretadas de acordo com as leis do Brasil.

Jurisdição: Os tribunais da Inglaterra possuem competência para solucionar quaisquer controvérsias que possam surgir ou estar relacionados aos Títulos Subordinados ou à Escritura de Truste (inclusive controvérsia referente a quaisquer obrigações não contratuais relacionadas ou vinculadas aos Títulos Subordinados ou à Escritura de Truste) e, conseqüentemente, qualquer ação ou processo judicial proveniente ou relacionado aos Títulos Subordinados ou à Escritura de Truste ("Processos") que possa

ser instaurado naqueles tribunais. O Emissor, pela Escritura de Truste, se submete em caráter irrevogável à competência dos tribunais da Inglaterra.

- 2. Cláusula estabelecendo que, nos termos do artigo 7, II, da Resolução 3.444, qualquer disposição, quer na própria Escritura de Truste, nos Títulos Subordinados ou em qualquer outro documento complementar, na medida em que prejudique o cumprimento ou conflite com as exigências estabelecidas no artigo 9 da Resolução 3,444, é nula e inválida, conforme estabelecido a seguir:**

Conflitos: Em caso de conflito entre as disposições deste Núcleo de Subordinação e qualquer outra disposição prevista em qualquer Documento da Operação com relação aos Títulos Subordinados da Tranche 2, a disposição incluída deste Núcleo de Subordinação prevalecerá, em conformidade com o artigo 7, II, da Resolução 3.444 e qualquer disposição conflitante será nula e inválida.

- 3. Cláusula de cada documento complementar, dispondo, nos termos do artigo 7, parágrafo 1 da Resolução 3.444, a subordinação daquele documento a este Núcleo de Subordinação:**

- (i) Cláusula da Escritura de Truste, estipulando, nos termos do artigo 7, parágrafo 1 da Resolução 3.444, a subordinação daquele documento a este Núcleo de Subordinação:

Nos termos do artigo 7, parágrafo 1 da Resolução 3.444, qualquer disposição incluída nesta Escritura de Truste que conflite com o Núcleo de Subordinação em relação a qualquer Série de Títulos Subordinados será nula e inválida.

- (ii) Cláusula dos Títulos Subordinados estabelecendo, nos termos do artigo 7, parágrafo 1 da Resolução 3,444, a subordinação de tal documento ao Núcleo de Subordinação:

Nos termos do artigo 7, parágrafo 1 da Resolução 3.444, qualquer disposição deste Título Subordinado que conflite com o Núcleo de Subordinação em relação a qualquer Série de Títulos Subordinados será nula e inválida.

- (iii) Cláusula do Contrato de Representação, estabelecendo, nos termos do artigo 7, parágrafo 1 da Resolução 3,444, a subordinação de cada documento a este Núcleo de Subordinação:

Nos termos do artigo 7, parágrafo 1 da Resolução 3,444, qualquer disposição deste Contrato de Representação que conflite com o Núcleo de Subordinação em relação a qualquer Série de Títulos Subordinados será nula e inválida.

- (iv) Cláusula do Contrato de Distribuição, estabelecendo, nos termos do artigo 7, parágrafo 1 da Resolução 3,444, a subordinação daquele documento a este Núcleo de Subordinação:

Nos termos do artigo 7, parágrafo 1 da Resolução 3,444, qualquer disposição deste Contrato de Distribuição que conflite com o Núcleo de Subordinação com relação a quaisquer Séries de Títulos Subordinados será nula e inválida.

- (v) Cláusula da Primeira Escritura de Truste Complementar estabelecendo, nos termos do artigo 7, parágrafo 1 da Resolução 3,444, a subordinação daquele documento a este Núcleo de Subordinação:

Nos termos do artigo 7, parágrafo 1 da Resolução 3.444, qualquer disposição desta Primeira Escritura de Truste Complementar que conflite com o Núcleo de Subordinação em relação aos Títulos Subordinados da Tranche 2 será nula e inválida.

4. **Cláusula estabelecendo, nos termos do artigo 7, III e parágrafo dois, da Resolução 3.444, que qualquer aditamento, mudança ou revogação que afete as disposições deste Núcleo de Subordinação estará sujeito à autorização prévia do Banco Central, conforme estabelecido a seguir:**

Qualquer aditamento, alteração ou revogação de qualquer disposição incluída neste Núcleo de Subordinação está sujeito à anuência prévia do Banco Central, se exigida nos termos da regulamentação aplicável então em vigor..

5. **Sumário da operação, nos termos do artigo 7, IV, da Resolução 3.444:**

Taxa fixa

Esta Tranche de Títulos Subordinados, designados "Títulos Subordinados de 5,75% com vencimento em 2021", foi emitida no valor de principal total de US\$250.000.000 ("Títulos Subordinados da Tranche 2"). Os Títulos Subordinados da Tranche 2 serão fungíveis, consolidados e formarão uma única Série, e votarão como uma única série com os Títulos Subordinados de 5,75% no valor de US\$1.000.000.000, com vencimento em 2021 do Emissor (o "Títulos Subordinados da Tranche 1"). Observadas as disposições deste Núcleo de Subordinação, os Títulos Subordinados vencerão em 22 de janeiro de 2021. Juros incidirão sobre os Títulos Subordinados da Tranche 2 a partir de 22 de janeiro de 2011, inclusive, à Taxa de Juros de 5,75% ao ano (a "Taxa do Título"), ressalvado que (i) juros sobre o saldo de principal então em aberto dos Títulos Subordinados após a Data de Vencimento e (ii) juros sobre quaisquer juros de mora incidirão (na medida permitida pela legislação aplicável), inclusive, para evitar dúvidas, durante qualquer período em que o diferimento de qualquer pagamento seja permitido nos termos deste Núcleo de Subordinação, à Taxa do Título mais 1,0% ao ano. Observadas as disposições deste Núcleo de Subordinação, todos os juros serão pagos pelo Emissor ao Agente de Pagamento Principal e serão distribuídos pelo Agente de Pagamento Principal semestralmente vencidos, em 22 de janeiro e 22 de julho de cada ano (ou se essas datas não forem Dias Úteis Pertinentes, no próximo Dia Útil Pertinente posterior àquelas datas) durante o qual qualquer parte dos Títulos Subordinados ficará em aberto (cada uma, uma "Data de Pagamento de Juros"), a partir de 22 de julho de 2011. Os juros serão calculados com base em um ano de 360 dias, com doze meses de 30 dias.

6. **Definições:**

Para fins deste instrumento, os termos e expressões em letra maiúscula aqui utilizados e que não tenham sido de outra forma definidos terão os seguintes significados:

Para fins deste Núcleo de Subordinação:

“Afilhada” significa qualquer pessoa jurídica relacionada ao Emissor dentro do mesmo conglomerado financeiro ou consolidado econômico-financeiro.

“Taxa de Mora” significa 1%.

“Benchmark” significa um ou mais índices de taxa de juros ou taxa de câmbio, salvo especificação em contrário nas Condições Finais pertinentes.

“Autoridade Governamental Brasileira” significa, conforme aplicável, o governo brasileiro, ou qualquer de suas subdivisões políticas, sejam federais, estaduais ou locais, e qualquer departamento, autoridade, repartição, órgão regulador, tribunal, banco central ou outra pessoa que desempenhe atribuições ou funções executivas, legislativas, judiciárias, tributárias, regulatórias ou administrativas do governo ou pertencentes ao governo sobre o Emissor.

“Convenção de Dia Útil” significa o número de dias no período de cálculo dividido por 360 (o número de dias a ser calculado com base em um exercício de 360 dias com 12 meses de 30 dias (a não ser que (a) o último dia do período de cálculo seja o trigésimo primeiro dia de um mês, mas o primeiro dia do Período de Cálculo seja um dia que não o trigésimo ou o trigésimo primeiro dia de um mês; nesse caso o mês que inclui esse último dia não deve ser considerado reduzido para um mês de 30 dias; ou (b) o último dia do período de cálculo seja o último dia do mês de fevereiro; nesse caso o mês de fevereiro não deve ser considerado ampliado para um mês de 30 dias)).

“Banco Central” significa o Banco Central do Brasil ou qualquer Autoridade Governamental Brasileira que substitua o Banco Central do Brasil nas suas atuais funções aplicáveis a este Núcleo de Subordinação.

“Data de Determinação” significa a Data de Pagamento dos Juros.

“Contrato de Distribuição” significa o contrato de distribuição datado na data da Escritura de Truste entre o Emissor, Banco Itaú Europa, S.A. - Agência de Londres, Goldman, Sachs and Co. e Morgan Stanley & Co. Incorporated e inclui qualquer contrato pelo qual quaisquer distribuidores venham a aderir a esse contrato de distribuição.

“Valor de Resgate Antecipado” significa 100% da Denominação Especificada de US\$ 1.000.

“Caso de Inadimplemento” sujeito a este Núcleo de Subordinação, significa os seguintes eventos: (1) O Emissor deixa de pagar qualquer principal ou juros (se houver) em relação a quaisquer dos Títulos Subordinados na data de seu vencimento e, com referência ao principal, essa falta de pagamento perdura por um período de três dias e, com relação aos juros, essa falta de pagamento perdura por um período de dez dias; ou (2) o Emissor: (a) sofre dissolução, exceto com relação a uma incorporação, fusão ou reorganização que não envolva falência ou insolvência, casos em que as obrigações do Emissor em relação aos Títulos Subordinados em aberto são assumidas pela entidade

sucessora; (b) suspende o pagamento ou deixa de pagar ou não consegue pagar o total ou uma parte substancial de (ou de um tipo específico de) suas dívidas em geral na data de seu vencimento; (c) inicia um processo voluntário de falência ou qualquer outra ação ou processo por qualquer outro recurso nos termos de qualquer lei que afete os direitos dos credores que seja similar a uma lei de falência; (d) consente com a instauração contra ele de um processo involuntário de falência ou qualquer outra ação ou processo, ou um processo involuntário é instaurado se esse processo não for extinto em ou antes do sexagésimo dia após a sua instauração ou se qualquer tal extinção ou suspensão deixar de vigorar; ou (3) ocorrer qualquer evento que segundo as leis brasileiras tenha um efeito similar a quaisquer casos referidos no item (2) desta definição.

“Euro” significa a moeda única introduzida no início da terceira etapa da União Econômica e Monetária Europeia de acordo com o Tratado.

“Bolsa de Valores” significa qualquer bolsa de valores na qual os Títulos Subordinados pertinentes possam ser listados.

“Condições Finais” significa as Condições Finais datadas de 24 de janeiro de 2011 com relação aos Títulos Subordinados da Tranche 2, que incluem as condições especificadas neste Núcleo de Subordinação estabelecidas como um anexo a estas Condições Finais.

“Primeira Escritura de Truste Complementar” significa a primeira escritura de truste complementar datada de 31 de janeiro de 2011 entre o Emissor e o *Trustee*.

“Data de Início dos Juros” significa 22 de janeiro de 2011.

“Data de Pagamento dos Juros” significa 22 de janeiro e 22 de julho, com início em 22 de julho de 2011.

“Período dos Juros” significa o período que inicia na Data de Início dos Juros (inclusive) até (mas exclui) a primeira Data de Pagamento de Juros Especificada e cada período sucessivo que inicia em uma Data de Pagamento de juros Especificada (inclusive) até (mas exclui) a próxima Data de Pagamento de Juros Especificada seguinte.

“Data de Emissão” significa 31 de janeiro de 2011.

“Emissor” significa Itaú Unibanco Holding S.A. ou quaisquer de seus sucessores que estejam atuando por meio de sua Agência nas Ilhas Cayman.

“Data de Vencimento” significa 22 de janeiro de 2021.

“Detentor do Título” significa a pessoa em cujo nome o Título Subordinado está registrado.

“Parecer do Advogado” significa um parecer por escrito de um advogado de qualquer pessoa, incluindo, entre outros, o advogado do Emissor, seja ou não esse advogado um funcionário do Emissor, e em todos os casos em forma e substância razoavelmente aceitável ao *Trustee*.

“Nível de Retenção Original” significa 0%.

“Passivos de Paridade” significa, com relação ao Emissor, quaisquer valores mobiliários ou passivos que sejam ou farão parte do Patrimônio de Referência do Emissor, de acordo com as disposições da Resolução 3.444, exceto as Obrigações de Segundo Grau.

“Taxa de Juros” significa 5,75% ao ano, pagável semestralmente devida.

“Evento Regulatório” significa, subsequentemente ao período em que os Títulos Subordinados inicialmente se qualificam como Capital *Tier 2*, a notificação por escrito do Banco Central ou qualquer outra Autoridade Governamental Brasileira aplicável de que os Títulos Subordinados não poderão ser incluídos no Capital *Tier 2* do Emissor.

“Dia Útil Pertinente” significa: (a) no caso de uma moeda que não o Euro, um dia (exceto sábado ou domingo) no qual os bancos e mercados cambiais estejam operando no Centro Financeiro Pertinente; ou (b) no caso do Euro, um Dia Útil *TARGET*; e (c) no caso de qualquer moeda, um dia (exceto sábado ou domingo) no qual os bancos comerciais e os mercados cambiais estejam operando nos Centros de Negócio especificados nas Condições Finais.

“Centro Financeiro Pertinente” significa o principal centro financeiro da moeda pertinente (que no caso do Euro deve ser a Europa).

“Resolução 2.099” significa a Resolução nº 2.099 de 17 de agosto de 1994 publicada pelo Conselho Monetário Nacional, conforme alterada, modificada, complementada ou substituída de tempos em tempos.

“Resolução 3.444” significa a Resolução nº 3.444 de 28 de fevereiro de 2007 publicada pelo Conselho Monetário Nacional, conforme alterada, modificada, complementada ou substituída de tempos em tempos.

“Obrigações de Segundo Grau” significa todos os tipos ou classes de capital social do Emissor.

“Obrigações Sênior” significa todas as obrigações do Emissor, exceto Passivos de Paridade e Obrigações de Segundo Grau.

“Série” significa os títulos subordinados do Emissor, de acordo com a Resolução 3.444, que possuam termos e condições idênticos, exceto a data de emissão, a data na qual os juros começam a incidir e assuntos relacionados.

“Denominação especificada” significa US\$100.000 e múltiplos integrais de US\$1.000 em diante.

“Data de Pagamento de Juros Especificada” significa cada data que caia no último dia do Período dos Juros especificado nas Condições Finais após a Data de Pagamento de Juros Especificada precedente ou, no caso da primeira Data de Pagamento dos Juros Especificada, após a Data de Início dos Juros ou então conforme especificado no Título

Subordinado pertinente, em cada caso conforme ajustado pela Convenção de Dia Útil especificada nas Condições Finais.

“Títulos Subordinados” significa Títulos Subordinados da Tranche 1 emitidos pelo Emissor de acordo com as Condições Finais datadas de 16 de setembro de 2010 e a Resolução 3.444 e os Títulos Subordinados da Tranche 2 emitidos pelo Emissor de acordo com as Condições Finais e a Resolução 3.444.

“Núcleo de Subordinação” significa este núcleo de subordinação elaborado de acordo com a Resolução 3.444.

“Sociedade Sucessora” significa a sociedade constituída por fusão ou à qual o Emissor foi incorporado ou a pessoa que adquire por transmissão ou transferência (incluindo com relação à cisão) todas ou substancialmente todas as propriedades e ativos do Emissor.

“Dia Útil *TARGET*” significa um dia no qual o sistema *TARGET* esteja em operação.

“Sistema *TARGET*” significa o Sistema *Trans-European Automated Real-Time Gross Settlement Express Transfer* (conhecido como *TARGET 2*), que foi lançado em 19 de novembro de 2007 ou qualquer sucessor desse sistema.

“Termos e Condições” significa os termos e condições dos títulos subordinados conforme alterados e complementados pelas condições finais pertinentes em relação a diversos títulos subordinados do Emissor de acordo com a Resolução 3.444.

“Capital *Tier 2*” significa a captação de recursos realizada pelo Emissor ou por suas Afiliadas, que foram, ou serão, autorizados pelo Banco Central como *Tier 2* do Patrimônio de Referência, conforme estabelecido na Resolução 3.444.

“Tranche” significa os Títulos Subordinados que possuem a mesma Data de Emissão.

“Documentos da Operação” significa a Escritura de Truste, a Primeira Escritura de Truste Complementar, o Contrato de Representação, o Contrato de Distribuição e os Títulos Subordinados (exceto o Núcleo de Subordinação).

“Tratado” significa o tratado que estabelece a Comunidade Europeia, conforme alterado.

“Trustee” inclui todas as pessoas, sendo, atualmente, o *trustee* ou os *trustes* na Escritura de Truste.

“Escritura de Truste” significa a escritura de truste datada de 29 de março de 2010 entre o Emissor e o *Trustee*, conforme alterada e/ou complementada de tempos em tempos.